



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: FELIPE BECARI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Vereador Felipe Becari é esse que vos fala, presente. Há número legal. Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública virtual do ano de 2021, convocada para hoje, 8 de abril de 2021, tendo como pauta debater a situação dos trabalhadores do comércio ambulante na cidade de São Paulo, conforme Requerimento nº15/2021, de autoria das Vereadoras Juliana Cardoso e Luana Alves, aprovados em 11/03/2021.

Informo que essa reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em Auditórios Online, no *link* e Youtube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para a participação da audiência pública estão abertas no *site* da Câmara de São Paulo, desde 24 de março de 2021 e cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Alguém está com o microfone aberto? Por favor, desligue.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Pode falar, Vereador. Agora desligou o microfone, Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Agora deu, só uma pergunta: acabando a audiência pública entramos imediatamente na reunião da Comissão ou vai esperar o horário de 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Não, o horário está mantido às 14 horas, Vereador.

O SR. ALFREDINHO – Tá, é que eu precisava me programar aqui para uns compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Bom, qualquer coisa, fique à vontade. Deixe-me terminar de ler rapidamente. Para esta audiência foram convocadas os Srs.: Bruno Covas, Prefeito do Município de São Paulo; José Tripoli, Secretário Chefe da Casa Civil do Município de São Paulo, representado pela Sra. Bruna Borghetti Câmara Ferreira Rosa, Chefe

de Gabinete; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras do Município de São Paulo, representado pela técnica Sra. Maria Albertina Afonso Henke, a Tina; Claudia Carletto, Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, representada pela Sra. Juliana Felicidade Armede, Secretária Adjunta; Vinicius Duque, Coordenador da Coordenadoria do Trabalho Decente da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo; Berenice Giannella, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo; Elza Paulina de Souza, Secretária Municipal de Segurança Urbana do Município de São Paulo, representada pela Sra. Maria das Dores Alves de Oliveira, Chefe de Gabinete; Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda do Município de São Paulo; Milton Leite, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Fabio Riva, Líder do Governo na Câmara Municipal de São Paulo; Eduardo Valério, Promotor da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo; Benedito Roberto Barbosa, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Maíra Vannuchi, da União Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes; Ana Lúcia de Oliveira Aguiar, do Grupo Cidade e Trabalho da USP; Valdina de Assis da Silva, da Associação Jaciara; Margarida Bernardina dos Santos, do Fórum dos Ambulantes/Brás; Otávio Amaral, da CUT - Sipatei; Hortense Mbuyi, do Fórum Fronteiras Cruzadas.

Conforme o combinado previamente com as Vereadoras requerentes, Juliana e Luana, eu passo, neste momento, a condução dos trabalhos, da audiência para a Vereadora Juliana. Vereadora Juliana, que tenhamos uma boa audiência.

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Presidente. Bom dia a todas e a todos, aos Secretários presentes, a todos os Vereadores que acompanharão esse debate. Obrigada, Presidente pela postura de conduzir os requerimentos para os Vereadores que requereram, isso é muito importante e saudável para a nossa comissão.

Quero abraçar com muito carinho todos os meus companheiros de luta, de tantos anos, dos ambulantes da cidade de São Paulo, que vêm há muito tempo num sofrimento

intenso da Prefeitura. Estamos nessa luta desde quando o Kassab fez um decreto retirando os TPUs da cidade de São Paulo. E, de lá para cá, a gente vem construindo ações para que consigamos, enfim, ter o nosso projeto de lei aprovado, para que consigamos amenizar tantas dores por aí.

Então, hoje, estamos com uma mesa bastante intensa, grande. Estávamos aqui conversando, eu e a Luana, para podermos, primeiro ouvir os nossos convidados da sociedade civil e os movimentos e deixar para que os convidados da Prefeitura fazerem as suas falas e responderem aos questionamentos.

Vou passar também à Vereadora Luana para fazer a sua introdução e dividiremos a Mesa da Presidência. Vereadora Luana.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Vereadora Juliana. Agradeço a todos os presentes e todas as presentes, o pessoal das Secretarias. Estou vendo o pessoal da SMADS, dos Direitos Humanos, agradeço muito a presença.

Estou vendo também a presença de todos os fóruns que estamos em contato de trabalhadores ambulantes. Vou falar muito pouco, porque acho que o principal dessa audiência é escutarmos, porque sabemos que a situação está muito grave.

Desde o início da pandemia, com as restrições de circulação, que são corretas, percebemos que o trabalhador, trabalhadora ambulante, está numa situação muito complicada, porque caiu num empobrecimento rápido; caiu numa perda de renda muito acelerada.

A gente sabe que a ambulante sempre teve uma dificuldade de manter a renda. Sempre foi uma dificuldade geral, sem contar os diversos problemas que tiveram em gestões anteriores, como falou aqui a Vereadora Juliana.

Só que agora a pandemia piorou e a gente sabe disso, infelizmente. Felizmente, graças à organização dos ambulantes e das ambulantes, conseguiram algumas vitórias, algumas conquistas na renda municipal da cidade de São Paulo, que foi aprovada, de cem reais. Entrou quem tem CadÚnico e quem tem o TPU, o registro de ambulante.

Então, essa foi uma vitória conquistada pelo movimento das ambulantes e dos

ambulantes de conseguir entrar no grupo que pode requerer a renda municipal da cidade de São Paulo. Isso foi muito importante, a gente quer que isso se mantenha. Estamos batalhando para que, de fato, todos os ambulantes cadastrados consigam acesso a essa renda.

Mas, também precisamos de outras políticas públicas complementares, em se considerando a situação muito emergencial em que se encontram. Claro que todos os trabalhadores e trabalhadoras estão numa situação difícil, mais que ambulante, que depende da renda diária, que depende do ganho, que vai dia após dia, tem uma dificuldade muito maior.

Então, vamos tentar, nessa audiência, escutar e entender o que está acontecendo e procurar soluções conjuntas, certo? Estamos aqui para escutar.

Vereadora Juliana, você chama a próxima pessoa?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Já vou começar a chamar pelo Dito, que é do Centro Gaspar Garcia, o advogado que trabalha muito em conjunto com os ambulantes. Depois, chamaremos o José Gomes, Presidente da Associação dos Ambulantes da Cidade e vou construindo com o Dito e os nossos convidados para podermos chamar as pessoas. Dito?

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Olá, tudo bem, Juliana? Um abraço. A gente está aqui de novo. Quero agradecer a você e à Vereadora Luana, ao Vereador Felipe, que coordena a comissão junto com vocês.

Agradecer a pronta recepção dos Vereadores da Câmara Municipal, especialmente sua e também da Vereadora Luana, de nos atender nesse pedido de audiência pública; e aos demais Vereadores presentes que eu vi, o Alfredinho e tantos outros que estão acompanhando. Certamente, os que não estão aqui na audiência, também acompanharão os encaminhamentos da audiência.

Então queria agradecer em nome do Centro Gaspar Garcia e dizer que estamos numa situação muito difícil. Depois do novo decreto, vamos dizer assim, também de restrição do trabalho ambulante na cidade de São Paulo. A situação já era difícil no ano de 2020 e ela só piorou no ano de 2021, com o agravamento da pandemia.

Estamos preocupados com duas coisas, evidentemente, para que os trabalhadores ambulantes possam ter novamente a sua garantia, assim que for possível, de volta ao trabalho, para que eles possam voltar a trabalhar.

A segunda questão é como garantir que esses trabalhadores tenham algum tipo de renda, algum tipo de apoio. Essa situação que estamos vivendo é grave da pandemia, mas também grave social. Muitos não têm o que comer, tem muita gente entrando em contato. Nós estamos tentando fazer vaquinha, buscando apoio de pessoas que estão nos ajudando com cestas básicas.

Mas, isso é absolutamente insuficiente frente ao grande número de trabalhadores que temos na cidade de São Paulo. Embora a gente não tenha um censo dos trabalhadores ambulantes na Cidade sabe-se que há pelo menos 130 mil trabalhadores hoje.

E a gente tem ainda um pouco mais, entre ambulantes que são permissionários e os ambulantes que estão no plano Tô Legal, são cerca de 10 mil ambulantes cadastrados. Então, é muito pouco frente à quantidade gigantesca de trabalhadores e trabalhadoras que precisam neste momento do apoio emergencial da Prefeitura para poder sobreviver nessa situação.

A gente sabe e saúda o projeto de lei da renda básica, primeiro o do Vereador Suplicy, depois a Prefeitura de São Paulo encaminhou e virou a Lei Municipal 17.504, Lei da Renda Básica Municipal, que no seu art. terceiro garante aos trabalhadores ambulantes acesso a renda básica municipal, mas os trabalhadores ambulantes não receberam. Inclusive, essa situação de não acesso a essa renda, de não acesso a esse benefício, ela foi fruto de uma representação do Vereador Suplicy junto ao Ministério Público, e a gente espera algum tipo de resposta por parte da Prefeitura para que os trabalhadores possam receber o auxílio, possam receber algum tipo de apoio.

O ano passado a gente conseguiu, depois de muita negociação junto à Secretaria, ao Programa Cidade Solidária, cerca de dez mil cestas-básicas, que foram distribuídas aos trabalhadores em parceria com a Associação dos Ambulantes, com o Fórum dos Ambulantes.

Nós estamos pedindo que reeditem essa parceria para que possamos emergencialmente encaminhar aos trabalhadores ambulantes as cestas-básicas. A gente tem aí as associações organizadas, o Centro Gaspar Garcia também está à disposição para colaborar com essa questão. Mas não dá para esperar mais, as pessoas estão passando fome, precisamos então agilizar o repasse das cestas-básicas, agilizar o auxílio emergencial, garantir a volta ao trabalho aos trabalhadores ambulantes, abrir um canal permanente de negociação.

Temos tentado fazer esse diálogo junto à Secretaria das Subprefeituras, temos procurado a Tina para conversar, mas estamos tendo uma certa dificuldade porque tem que pedir reunião com o Secretário para falar com a Tina, e a Tina não é a nossa interlocutora mais próxima. Queria pedir a ela para que a gente possa dialogar diretamente com ela quando a gente puder. Porque não dá pra gente ficar pedindo reunião, mandando ofício para a Secretaria de Subprefeituras para falar com ela, a gente precisa ter um diálogo permanente, diário com a Secretaria de Subprefeituras, com o programa Tô Legal, para poder encaminhar as nossas pautas, as reivindicações, a questão das taxas que estão sendo cobradas mesmo durante a pandemia, mesmo durante a restrição dos trabalhadores ambulantes.

Então, para concluir, queria dizer do canal direto, permanente, diário com os trabalhadores ambulantes para esclarecer dúvidas, resolver o problema de isenção de taxas e outras questões que envolvem os trabalhadores da cidade de São Paulo.

Então, a emergência é muito grande, não dá para, cada vez que precisamos de uma reunião, mandar um ofício para o Secretário para marcar reunião.

Era isso, Juliana, que inicialmente eu queria dizer, certamente os trabalhadores aqui têm muitas coisas para falar, e eu queria, mais uma vez, saudar esta audiência pública e pedir que a gente saia com encaminhamentos concretos desta audiência.

Muito obrigado por me deixar falar inicialmente, falar na abertura da audiência.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Dito.

Pessoal, estava conversando com a Vereadora Juliana, seria interessante o formato de ter três pessoas da sociedade civil, ambulantes, e um Vereador. Pode ser? (Pausa)

Aí o próximo Vereador que quiser falar, se puder se inscrever, mande o nome, acho que seria bem interessante.

Depois do Dito, pessoal, está inscrita a Maíra Vannuchi, que é da União Nacional dos Trabalhadores Ambulantes. Tem a palavra a Maíra Vannuchi.

A SRA. MAÍRA VANNUCHI – Bom dia. Obrigada por este espaço de fala para tratar um pouco da situação dos ambulantes.

Queria saudar as Vereadoras Luana e Juliana, as assessorias, também o Vereador Suplicy, que nos ajudaram muito a organizar este espaço de diálogo.

Estou representando a UNICAB – União Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras, Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil. A gente tem atuação em oito Estados, principalmente nas capitais onde a questão ambulante é bem expressiva.

Nós estamos buscando este espaço para poder falar com o Poder Público Municipal - tanto Executivo quanto Legislativo. Temos o Promotor Valério com a gente para escutar porque a situação dos ambulantes em São Paulo está muito grave, está, na verdade, desesperadora. A gente sabe tem essa média que o Dito falou de cento e tantos mil ambulantes que trabalham, tiram seu sustento da venda ambulante porque não tem emprego, não existe emprego formal para todo mundo, e esse é um problema de Estado. E com as medidas restritivas, que são necessárias para proteção da saúde nessa pandemia, sem nenhuma resposta do poder público, ele tem que se responsabilizar por esses trabalhadores e trabalhadoras que não tem como ganhar o sustento de suas famílias.

Desta vez, nessa segunda leva, o Cidade Solidária está lá dentro da Secretaria de Direitos Humanos, é possível se cadastrar. As organizações que têm CNPJ já se cadastraram, fizeram pedidos para serem analisados, e estão começando a dar as respostas agora quanto a problema de registro, enfim. Estamos aí tentando...

Algum problema? (Pausa) Alguém está compartilhando a tela.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Cleusa, sem querer, está compartilhando a tela. Eu não sei se o Gustavo...

O SR. GUSTAVO – Estamos trabalhando nisso, neste momento. Eu acho que só consigo ao removê-la da reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, você sai e volta, está bom?

Cleusa, vamos ter que remover você da reunião e você volta para a gente poder organizar a tela de novo. Está bom, Cleusa? (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Continue.

A SRA. MAÍRA VANNUCHI – Então, a gente está aqui para cobrar da Prefeitura que tenham respostas mais rápidas no nível da urgência de todas essas famílias que precisam, de alguma maneira, sobreviver, ter alimentos chegando de forma urgente. E a estruturação do Cidade Solidária, do jeito que está, e a Secretaria de Direitos Humanos, que pede pela Internet e demora 15 dias para dar uma resposta, e a resposta diz que têm problemas na regularização de alguma coisa, não está sendo nada efetiva.

Assim, é realmente um chamado para uma questão humanitária: se os ambulantes, os cerca de 100 ambulantes calculados pela PNAD que existem na cidade de São Paulo, eles precisam fazer a comida chegar na família deles, e a Prefeitura precisa ter alguma maneira que seja mais objetiva e certa para que a ajuda chegue.

Além disso, a gente tem um manifesto, que nós enviamos com o pedido desta audiência, de todos os coletivos que se organizaram que, além da questão das cestas-básicas, é também cobrar o auxílio emergencial municipal para os ambulantes, incluindo os imigrantes, porque não foi implementado mecanismo para esse auxílio, que foi aprovado num momento eleitoral, o ano passado, parecendo uma grande conquista mas, na verdade, não há mecanismo, não há informação para que os ambulantes saibam se estão dentro desse programa e possam solicitar o auxílio emergencial municipal.

Estamos também reivindicando a suspensão da cobrança do TPU – Termo de Permissão de Uso e do programa Tô Legal, do ano passado e deste ano, porque a gente está num momento de crise e isso precisa ser reconhecido. Se existem planos de recuperação econômica para o setor formal, por que não pode existir a mesma coisa para o setor informal

que também gera Economia para a Cidade? É trabalho, é renda, são trabalhadores dignos que estão lutando pela sobrevivência e contribuindo para a Economia do País.

Além disso, a gente quer pedir a suspensão das operações de repressão contra os ambulantes, da Operação Delegada. Os ambulantes só sentem a mão do Estado quando há violência. Então, são os coletes laranja da GCM, a PM com esse convenio com o município, a Operação Delegada, a gente não conhece direito os termos desse convenio, não são públicos, a gente não sabe onde está o mando, as orientações de como a Operação tem que ser conduzida. Quando a gente tenta falar com a Prefeitura, falam que é a PM quem decide; quando falamos com o comando da Polícia Militar, diz que é a Prefeitura quem decide.

Mas num momento de crise humanitária, de fome no País, a polícia está batendo em trabalhador que quer sobreviver. A gente quer a suspensão da repressão. Também que exista permissão da venda ambulante de alimentos, de comida de rua. Da mesma maneira que os restaurantes estão podendo produzir alimentação e entregar por delivery, por que a comida de rua também não pode atender o público e fazer entrega? Por que existe essa diferença entre o que é formal e o informal se a questão da informalidade só cresceu? É responsabilidade do Estado a maneira que o sistema econômico se organiza. A informalidade é crescente e tem de ser reconhecida como parte da Economia e da produção.

A gente também está reivindicando a suspensão das tarifas municipais e contas dos serviços essenciais, como o aluguel social. Muita gente está sendo removida de suas casas porque não têm renda para pagar o aluguel, não tem como pagar a energia, não tem como pagar água, e o Estado cobrando essas taxas mesmo sabendo que os trabalhadores não estão gerando renda. Qual é a coerência entre uma coisa e outra? Também tem a questão do vale- gás. Sabemos que algumas cidades forneceram, o poder municipal forneceu para as pessoas conseguirem sobreviver a esse momento de crise, até que as coisas melhorem.

A gente também está falando do valor do pagamento das taxas, quando voltarem a ser cobradas, o TPU e o Tô Legal. E também, por fim, reivindicamos algum maneira de crédito subsidiado aos trabalhadores para compensarem as perdas devido a interrupção de sua

atividade. Enfim, esse é o resumo do nosso manifesto e de diversos ambulantes que se se organizam na Cidade e que vão falar aqui, os próprios trabalhadores, e a gente espera que realmente o poder público se mobilize, faça a sua responsabilidade e seu papel de cuidar do seu povo que está passando dificuldade, e que na hora de reprimir é muito fácil. Parece fácil, mas na hora de se responsabilizar e aumentar o gasto público para dar conta dessa crise sem que haja violação de direitos humanos.

Na segurança alimentar a gente não está vendo resposta nenhuma. Esse ano não é ano eleitoral. Neste ano a crise econômica está mais aprofundada e é por isso que a gente precisa de respostas urgentes. E que também os nossos aliados na defesa de direitos possam pressionar a Prefeitura para que o direito dos ambulantes seja assegurado.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Como a nossa lista é muito grande, vamos pedir para que nossos companheiros sejam breves, falem um pouco mais objetivamente, para a gente conseguir ouvir o Executivo.

Aliás, eu já vou dizer quem está aqui do Executivo, que eu acabei não falando.

O Secretário Chefe da Casa Civil está representado pela sua Chefe de Gabinete, Bruna Borghetti.

Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras do Município de São Paulo, está sendo representado pela técnica Tina, Maria Albertina.

A Claudia Carletto, Secretária Municipal dos Direitos Humanos está sendo representada pela Secretária-Adjunta Juliana Armede.

Vinicius Duque, Coordenador da Coordenadoria do Trabalho da Secretaria de Direitos Humanos... Na verdade está aqui conosco a Secretária Berenice, Secretária de Direitos Humanos. Muitíssimo obrigada por estar aqui.

Pela Elza, Secretária Municipal de Segurança, nós estamos com a Chefe de Gabinete Maria das Dores. Muito obrigada pela presença.

Pelo Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda do Município

de São Paulo... Até agora não mandou nenhum representante. Ou, se entrou aqui, eu gostaria, por favor, que falasse no *chat*.

Presidente Milton Leite. Acaba nós, vereadores, estando aqui também. Fabio Riva, que também faz parte desta comissão, daqui a pouco está entrando.

E também o Eduardo Valério, promotor da Procuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo, foi a pessoa que a gente chamou.

O Riva está na sala, Fabio Riva está na sala como Líder do Governo.

O SR. FABIO RIVA – Estou presente, Juliana, me apresentei no *chat*.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim, sim. Desculpe, eu não vi, porque a gente está com a sala cheia.

E agora também está presente o Vereador Eduardo Suplicy.

Então o que a gente combinou - não é, Luana – é fazer três representantes, um vereador. E eu acho que agora já é o vereador, se não me engano.

A SRA. LUANA ALVES – Agora seria mais um representante e aí o vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Beleza.

Quem é o representante? A lista está com você.

A SRA. LUANA ALVES – Sim, sim. Aqui para mim está Ana Lúcia, do Grupo Trabalho e Cidade, da USP. Está por aí, Ana Lúcia?

A SRA. ANA LÚCIA DE OLIVEIRA AGUIAR – Sim, estou aqui. Oi, Luana. Bom dia a todas, todos e “todes”.

Em nome do Grupo Cidade e Trabalho, gostaria de agradecer nas figuras das Vereadoras Luana e Juliana por esta audiência pública. Quero muito saudar esta iniciativa porque, como tanto o Dito como a Maíra, que me antecederam, falaram, nós estamos vivendo numa situação emergencial, em que é urgente que a gente dê respostas à fome que os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes estão passando.

Eu prometo que vou ser bem breve, inclusive porque o Dito e a Maíra já pontuaram os principais pontos, mas eu gostaria de salientar que nós estamos vivendo, sim, um momento

de aprofundamento de uma enorme crise. Como se não bastasse a crise que a gente já viveu no ano passado, com tudo o que aconteceu, a situação piorou profundamente.

E a gente precisa ter um olhar atento aos trabalhadores e às trabalhadoras ambulantes da Cidade, principalmente para que não se passem os mesmos problemas e as mesmas dificuldades que se passaram no ano passado, e ao mesmo tempo... Porque neste ano nós estamos vivendo uma situação muito pior. Para não dizer desse embaralhamento do trabalho, já que muita gente perdeu o emprego e alternativa que encontrou foi a economia informal, foi o comércio popular, foi também se tornar ambulante.

Então esses números que o Dito nos traz, de cerca de 130 mil ambulantes, hoje, na situação da pandemia, esse número pode ter aumentado profundamente. Então a gente tem que ter, como bem disse a Maíra, um plano de retomada econômica para a economia popular, para a economia informal.

Acho que não dá mais para a gente viver num estado de negação como os ambulantes têm vivido, que é a negação dos direitos, dos auxílios, a negação inclusive das violências que eles sofrem. É fundamental que a gente coloque na agenda do Município a realidade, a dura realidade que esses trabalhadores e trabalhadoras estão vivendo, porque, como já foi dito aqui, não é uma opção para esses trabalhadores e trabalhadoras ficar em casa cumprindo o isolamento social. Inclusive muitos que perderam o emprego, como eu disse, estão hoje indo para as ruas para tentar levar um pouco de sustento para as suas casas. Porque não basta a Prefeitura somente fechar o comércio e não garantir minimamente condições para que as pessoas fiquem em casa.

No ano passado, como bem foi dito aqui, os trabalhadores ambulantes conseguiram cestas a partir do Programa Cidade Solidária, mas só nós sabemos a dificuldade que foi para que essas cestas chegassem a casa desses trabalhadores. Foi necessária audiência pública, inclusive, e uma série de pressões vindas dos nossos vereadores e vereadoras parceiras, assim como de outras ações para que o Programa Cidade Solidária chegasse para os ambulantes.

E não dá para a gente esperar. Como a Maíra colocou, a gente precisa desburocratizar esses serviços, porque senão cada vez mais vamos enfrentar novas dificuldades. Acho que a Hortense vai falar mais explicitamente da questão dos imigrantes, mas é escandalosa a situação que os imigrantes estão vivendo hoje na cidade de São Paulo.

Para fechar, acho que a gente precisa compreender que essa renda básica precisa chegar e precisa ser melhor discutida no sentido... No ano passado a gente conseguiu a isenção das taxas, que foi conquistado por esta Casa, numa aprovação pelos vereadores e vereadoras, mas foi vetado pelo Prefeito Bruno Covas. E não dá mais, os ambulantes estão num processo de endividamento e se já não tinham condição no ano passado, que dirá neste ano de pagar essas taxas.

Por fim, no ano passado, em plena pandemia, até o começo deste ano a gente estava num processo de tentar suspender os despejos que estão acontecendo sobretudo nas regiões do Jabaquara e da Conceição. Acho que não dá para a gente permitir que nenhum despejo, nenhuma remoção aconteça neste momento tão difícil que nós estamos vivendo, que já está muito difícil qualquer tentativa de comercialização na rua, porque os ambulantes estão sendo proibidos de trabalhar e aí tenta trabalhar na rua, vem a violência policial. Gente, o povo não aguenta mais sofrer violência. Não basta a violência pela fome, essa violência do desemprego, a violência que é causada pela falta de direitos, a gente não precisa mais dessa abrupta violência policial agredindo cada vez mais e de uma forma truculenta os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes.

Para fechar, acho que esse tem que ser um ponto muito importante para nós, inclusive no futuro, que é discutir quais são as atribuições e o que é o papel da Operação Delegada aqui na cidade de São Paulo.

Então eu encerro e novamente agradeço esse espaço de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Luana, a gente está aqui com a Secretária Berenice e ela está nos dizendo que tem que sair agora ao meio-dia; por esse motivo a gente passa antes do vereador. Não sei se o Vereador Eduardo Suplicy quer falar

ante da Secretária, porque ela tem vinte minutos para falar, e aí eu já peço para a Secretária, que eu acho que deve ter, algum representante da Secretaria para continuar com a gente para os encaminhamentos, se possível.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Eu ouço a Secretária Berenice, com prazer, Juliana.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia a todas. Obrigada, Vereadora Juliana, por passar a palavra. Obrigada, Vereador Supply.

Quero dizer do estado do programa de Renda Básica Emergencial, que foi aprovado no ano passado e neste ano foi aprovada a continuidade do pagamento por mais três meses. Nós já pagamos a parcela de março, estamos agora definindo as datas para pagamento das parcelas de abril e maio.

A dificuldade que nos encontramos em relação aos ambulantes é que o projeto foi aprovado para pagamento dos que estão no TPU oficialmente, que não foram desligados ainda e os que estão no Programa Tô Legal, desde que eles preenchessem os requisitos do Bolsa Família.

Nós fizemos uma checagem, junto ao nosso cadastro do CadÚnico, do Bolsa Família, nós temos vários ambulantes que estão inscritos no Bolsa Família que estão recebendo o Renda Básica. Há outros que estão no CadÚnico, embora não estejam no Bolsa Família também receberam porque preencheram os critérios.

Mas a gente teve muita dificuldade, porque os bancos de dados são falhos, tinha muita questão de CPF repetido, enfim, de CPF não localizado. Da nossa parte, da SMADS, que ficamos responsáveis pelo pagamento do benefício, incluímos tudo o que era possível ser incluído no cadastro.

Nós conseguimos fazer o pagamento agora, de março, de 98,4% dos beneficiários. Nós atingimos um número bastante grande dos beneficiários que já puderam receber.

Eu queria também informar que nós temos os nossos CRASs, os Centros de Referência da Assistência Social, que são 54 que funcionam na cidade de São Paulo; mais oito

Descomplica, onde também temos atendimento. São locais onde os ambulantes podem se dirigir, mediante prévio agendamento, no Portal 156, para fazer o cadastro tanto do CAD-Único, quanto eventualmente do Bolsa Família, se ele preencher os requisitos, e que os CRASs estão distribuindo cestas básicas para aqueles que preenchem os critérios para recebimento das cestas.

Independentemente do Programa Cidade Solidária, que é um programa onde as entidades se cadastram para poder receber a Bolsa, esse programa está junto à Secretaria de Direitos Humanos, as pessoas individualmente podem se dirigir aos CRAS, mediante, repito, prévio agendamento, porque com as restrições da pandemia nós só estamos atendendo quem faz o agendamento prévio pelo 156. Essas pessoas serão entrevistadas e, eventualmente, podem entrar no cadastro de recebimento de cesta básica, independentemente, do programa do Cidade Solidária.

Além dos 54 CRASs, até o começo de maio, nós também vamos receber quatro vans que vão nos permitir fazer um cadastro móvel. As vans vão circular pela Cidade. A gente pode combinar com as organizações de vocês de fazer algum mutirão junto aos ambulantes para a inclusão no CadÚnico, eventualmente, no Bolsa Família.

A inclusão do Bolsa Família depende do Governo Federal, o que nós fazemos é colher os dados, fazer toda a entrevista, aí a gente encaminha ao Governo Federal que faz uma nova checagem para ver se essa família vai entrar no programa.

Hoje, nós estamos em São Paulo com 140 mil famílias cadastradas por nós, mas ainda não integrantes do Bolsa Família. Não necessariamente essas 140 mil vão entrar no Bolsa Família, porque ainda depende de nova checagem, junto ao Governo Federal, mas nós temos uma fila de espera que, segundo nossos critérios, poderiam já estar no programa e que estão ainda dependendo da aceitação junto ao Governo Federal.

Quando fazemos esse pré-cadastro, normalmente há uma quebra de 10 a 15% de entrada do Bolsa Família, junto ao Governo Federal. A gente não pode dizer que essas 140 mil famílias seriam beneficiárias do Bolsa, mas uma boa parte delas, com certeza, entraria, mas a

gente não pode fazer nada porque ainda a gente aguarda a definição do Governo Federal em relação a isso.

Eu já coloco aqui à disposição essas vans. Mais para a frente, assim que a gente estiver, provavelmente, no começo de maio e as vans estiverem funcionando, a gente pode pensar em fazer um mutirão de cadastramento dos ambulantes para colaborar com vocês e poder fazer a inclusão daqueles que têm direito ao CadÚnico. Assim como fazer com que essas pessoas também sejam entrevistadas para o Bolsa Família. Reiterando que no caso do Bolsa dependemos do Governo Federal. Mas estamos prontos para fazer isso, colocando a Secretaria à disposição de vocês.

Era isso que eu queria colocar. Se alguém quiser fazer alguma indagação eu ainda tenho 20 minutos. Estou à disposição.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA - Juliana, pergunte para a Secretária se ela deixa um contato. Não sei se o Vereador dá para a gente, para a gente poder articular esse cadastro. É importante, porque tem muita gente fora do cadastro.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Vou deixar no *chat* o meu *e-mail*, para vocês entrarem em contato.

A SRA. MAÍRA VANNUCHI – Secretária, eu tenho uma pergunta. É uma coisinha só para ver se eu entendi. Vocês fazem o cadastro no CADÚnico, mas o programa municipal depende dessa aprovação que tem lista de espera do Governo Federal? Ou quando vocês fazem o registro municipal a pessoa já está contabilizada como beneficiária do auxílio municipal?

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Não. A lei que foi aprovada na Câmara, que agora deu mais três meses de auxílio, previu que teriam direito ao benefício aquelas pessoas que estavam no Bolsa Família em 30 de setembro de 2020.

Nós tivemos vários casos de pessoas que entraram no Bolsa Família posteriormente, portanto, não receberam e não podem receber o Renda Básica. Em relação aos ambulantes nós dependemos do cadastro que está na Secretaria de Subprefeituras que é

do Tô Legal e do TPU que vieram para nós, aí nós fizemos a checagem de dados.

As famílias que não estavam no Bolsa Família no dia 30 de setembro de 2020, mesmo que entrem agora. Mesmo se o Governo Federal chegasse agora, limpasse a fila e colocasse todas as famílias que estão já previamente cadastradas, pela lei que foi aprovada, essas famílias não teriam direito ao recebimento do Renda Básica Emergencial. Mas, desde que entrem no Bolsa Família, já teriam direito ao Bolsa e, eventualmente, ao Auxílio Emergencial Federal.

O SR. JOSÉ GOMES - Eu queria fazer uma fala. Posso, Juliana?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então José Gomes, tem uma lista. É uma pergunta para a Secretária?

O SR. JOSÉ GOMES - Só queria falar para a Secretária o seguinte: o pessoal que não foi para o cadastro, que não está no CadÚnico, que não está em lugar nenhum, eles têm necessidade de comer amanhã, hoje, por exemplo. Pela fala que estou ouvindo da Secretária, isso pode chegar a daqui seis meses, um ano. É quase como aquela coisa que a gente está prevenindo daqui...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - São duas questões, veja, nós temos o Renda Básica Emergencial, as limitações foram colocadas pela lei aprovada pela Câmara, eu não posso pagar ninguém fora do que foi aprovado pela lei. Mas eu coloquei os nossos CRASs, que são os nossos Centros de Referência, à disposição. As pessoas podem fazer o agendamento, dependendo da entrevista que foi feita, recebem a cesta básica, mais a cesta básica do Cidade Solidária.

Além disso, nós estamos fazendo a distribuição de marmitas no Centro. Acho que depois a Juliana pode falar um pouco mais sobre as marmitas que estão sendo distribuídas pela Secretaria de Direitos Humanos. Nós também estamos abrindo serviços nossos da SMADS, para distribuir marmita nas comunidades.

Há um amplo programa de distribuição de comida, na cidade de São Paulo, que foi

divulgado pelo Prefeito Bruno Covas, na semana passada, que as pessoas podem ter acesso.

Acho que a Juliana vai colocar na sua fala, desculpe antecipar. A Prefeitura criou uma plataforma chamada Sampa Mais Solidária. Nessa plataforma vocês encontram todos os locais onde existe distribuição de comida, seja pelo Poder Público, seja por entidades, seja os restaurantes Bom Prato.

Nessa plataforma vocês vão poder verificar os locais onde estão distribuindo comida e dirigir as pessoas que vocês conhecem para esses locais. Nós aumentamos o número de distribuição de comida na cracolândia, nos nossos núcleos de convivência para a população em situação de rua, qualquer pessoa pode chegar lá e comer. Colocamos café da manhã nos nossos núcleos de convivência também.

Conclamo vocês a olharem para essa plataforma do Sampa Mais Solidária que lá estão todos os pontos onde há distribuição de comida, que vocês podem ir lá. Independentemente da cesta básica que o CRAS pode fornecer desde que vocês vão até lá e façam a inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Estou eu aqui conversando no “zap” com a Luana, essa coisa da questão virtual é um trem muito interessante. Porque a gente fica entre o “zap”, prestar atenção no *chat*, e prestar atenção aqui. Quando é presencialmente a gente consegue visualizar as pessoas e ir sentindo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Me permite, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim, Vereador Eduardo Matarazzo Suplycy. Eu só estou, aqui, na sua fala, e, aí, vou sugerir que os representantes fossem colocando, aqui, no *chat*... Essa sugestão de que a Vereadora Luana Alves e eu vamos falar... Pela vinda da Secretária Berenice, vimos que surgiram várias perguntas e dúvidas de pessoas que, inclusive, já falaram.

Então, eu estava querendo sugerir, com ela, de ouvirmos o Promotor, que também está aqui, depois do Vereador Eduardo Matarazzo Suplycy, que está aqui, que também tem uma sugestão para formular, o Dr. Eduardo Valério, a quem já peço desculpas pela minha

gafe, que eu fiz aqui, no *chat*. Ouvimos os Vereadores. Intercalamos. Ouvimos os Vereadores e o Executivo, de forma que as pessoas que estão para serem inscritas, ainda, do movimento social, possam ter essa oportunidade, inclusive, da pergunta e da dúvida que ficaria, porque, senão, vamos nesse “bate e volta” e não vamos conseguir ouvir o Executivo a tempo.

Enquanto o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy fala, vamos, aqui, no *chat*, colocando as nossas opiniões, para ver se conseguimos dar conta dessa sugestão que a Vereadora Luana Alves e eu estamos colocando aqui, para vocês. Está bom, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy?

(NÃO IDENTIFICADO) – Nós precisamos ouvir os ambulantes, também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim. Vamos, aqui, falando, no *chat*, que, aí, vamos nos organizando pelo *chat*, para não perdermos tempo. Então, vamos lá, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Com respeito à Secretária Berenice, Presidente, gostaria que ela pudesse esclarecer a respeito dos impostos relativos aos ambulantes, que ficaram um bom tempo sem poder trabalhar e, daí, tiveram de arcar com impostos. Estão muitos endividados. Entretanto, não tendo podido realizar o seu trabalho, foi impossível pagar os impostos. Então, qual é o procedimento que a Prefeitura está tendo com respeito a essas dívidas de ambulantes, com respeito aos impostos?

Gostaria de dar uma informação, inclusive, à Secretária Berenice, ao Dr. Eduardo Valério e a todos os presentes. No ano passado, um defensor público do Rio Grande do Sul ingressou com um mandado de injunção junto ao Supremo Tribunal Federal em nome de um morador de rua, Alexandre da Silva Português, de 51 anos, epilético, que diz receber apenas 91 reais por mês, referentes ao Bolsa Família, e ele fez uma solicitação ao Supremo Tribunal Federal para que este morador de rua passasse a ter o direito de receber a Renda Básica de Cidadania, conforme prevê a Lei 10.835, de 2004, que a institui, ainda que por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados.

Então, junto ao Supremo Tribunal Federal, este mandado de injunção está em andamento. O Ministro Marco Aurélio Mello foi designado Relator. Expressou, em um voto muito bem fundamentado, que está na hora de se regulamentar esta lei. Deu o prazo, se for aprovado o seu voto, de um ano para o governo Jair Bolsonaro regulamentar a Renda Básica de Cidadania, dizendo como será implementada, por que critérios e assim por diante, até o dia em que se torne universal e incondicional, para toda e qualquer pessoa.

O Ministro Gilmar Mendes pediu vista e deverá entregar o seu parecer e voto até o próximo dia 16, no máximo. Para o dia 16 está marcada a sessão de votação e eu tenho procurado... Eu escrevi a todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, colocando-me à disposição para falar das vantagens da renda básica incondicional e universal, para todos, e, quando isto estiver efetivamente colocado em prática no Brasil, a conjuntura dos moradores em situação de rua, dos ambulantes e de todos passará a ser muito diferente.

Era a informação que eu gostaria de transmitir, Presidente Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está bem. Pelo que eu entendi, não foi nenhuma pergunta direcionada à Secretária.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sim, há a dos impostos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ah, dos impostos! Secretária?

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Vereador, essa questão dos impostos não está na minha Secretaria. Não tenho informações para responder. Desculpe-me, porque não é um tema afeto à nossa Secretaria.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vereadora Luana Alves, está ok, no WhatsApp, o que eu falei. Diga o que você pensa.

A SRA. LUANA ALVES – Sim, sim. Pessoal, para conseguirmos as falas dos ambulantes e, também, as respostas do Executivo, considerando o nosso tempo apertado, eu pensei em agora passar para o Promotor e, depois, termos duas falas de ambulante, alguém

para falar pelo Executivo e um do Legislativo. Aí, dois ambulantes... O que vocês acham? Pode ser, para garantirmos as perguntas e as respostas?

(NÃO IDENTIFICADO) – Pode ser, sim, Vereadora Luana Alves. Vamos!

A SRA. LUANA ALVES – Beleza! Então, vamos tocar. O Promotor está por aí?

O SR. EDUARDO VALÉRIO – Sim, eu estou. Bom dia.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia.

O SR. EDUARDO VALÉRIO – Bom dia a todos. Vereadora Juliana Cardoso, não se incomode. Não houve gafe nenhuma, não. Está tudo certo. Eu não quero falar agora, não.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ALFREDINHO – Vereadora Luana Alves, sabe o que é? Audiências públicas na Câmara...

O SR. EDUARDO VALÉRIO – Eu queria ouvir os ambulantes, mas... (Falha na transmissão.) ...os representantes do Executivo. Por quê? Porque nós temos um problema muito bem posto. Os ambulantes se organizaram, agora, neste início de ano, de uma maneira muito eficiente e elaboraram um documento muito consistente, com uma pauta muito clara, muito objetiva, de que a Maíra fez, hoje, aqui, o resumo.

Eu acho que, para fazer esse diálogo, esse “pingue-pongue”, de a bolinha ir e voltar, eu gostaria que nós – e esta é apenas uma sugestão – ouvíssemos os representantes do Executivo, para fazer os esclarecimentos, como a Berenice já acabou de fazer, pela SMADS, para ouvir o representante da Secretaria de Governo sobre essa questão dos tributos que o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy acabou de levantar, que é fundamental, para ouvir a Juliana Armede sobre a questão das cestas básicas e das refeições da Secretaria de Direitos Humanos. Em seguida, vamos ouvir, evidentemente, os ambulantes, pois isto é uma audiência pública e é da essência de uma audiência pública.

Falo ao final. Eu não teria nada a acrescentar senão aquilo que eu, incorporando uma parte substancial desta agenda dos ambulantes, encaminhei a essas secretarias. Eu anseio e espero a resposta do Executivo tanto quanto os ambulantes. Então, eu abro mão

desta minha fala, mais de fundo, e gostaria de sugerir que ouvíssemos os representantes da Prefeitura.

O SR. ALFREDINHO – Eu concordo com o Promotor, porque audiência pública, aqui, na Câmara, tem um problema: os Vereadores falam mais do que as pessoas que devem falar. Então, deixem falar o pessoal ambulante, aqueles que são donos da causa, bem como o Executivo, que tem de responder e resolver. Eu até abro mão da minha fala.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É que, na verdade, Vereador Alfredinho, o Promotor deu outra sugestão: de ouvirmos o Executivo e fazer esse “pingue-pongue”, igualmente ao que foi feito com a Secretária Berenice. Esse é que é o ponto.

O SR. EDUARDO VALÉRIO – É, fazer como se fosse uma sabatina aos representantes da Prefeitura, que estão aqui, conosco, prestigiando a audiência pública, trazendo as informações que precisamos, exatamente, que eles esclareçam. Aí, os ambulantes e nós todos poderemos esclarecer as dúvidas para a busca de soluções concretas, efetivas e, sobretudo, urgentes, porque o problema é imediato. Nós estamos falando de segurança alimentar hoje. Não dá para esperar prazos burocráticos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que, então, para mim, está tudo bem. Pode ser, então? Aí, os ambulantes, nas suas falas das perguntas, já vão direcionando a sua reflexão. Então, começamos por quem, aqui? Agora, até nem sei mais onde está minha lista.

A SRA. LUANA ALVES – O representante da Casa Civil? Seria interessante.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pode ser. Vamos lá. É a Sra. Bruna, não é?

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok, Sra. Bruna.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Está todo mundo me ouvindo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Bem.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Então, primeiramente, eu quero cumprimentar os Vereadores: Juliana Cardoso; Eduardo Matarazzo Suplicy; Felipe Becari, que passou por aí; Xexéu Tripoli, que está presente; Fabio Riva, que é líder de Governo. Cumprimento a Secretária presente, a Berenice, os participantes da sociedade civil, todos aqueles que falaram até o momento. Eu anotei o nome de cada um deles: o Benedito, que é do Centro Gaspar Garcia; a Maíra Vannuchi, que é da União Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes; a Ana Lídia, do Cidade e Trabalho. Enfim, cumprimento o Promotor, que acabou de falar, também.

O primeiro ponto que eu quero mencionar é que nós estamos abertos ao diálogo e a tudo aquilo que for necessário para que possamos ter uma convergência naquilo que para o Executivo é possível ser feito neste momento.

Além disso, há alguns pontos que nós temos, de informações, como, por exemplo, a questão dos impostos – que não são impostos. Na verdade, é uma taxa, de TPU, que foi questionada. Sobre esse assunto, acho que a Tina, da SMSUB, tem essa informação, neste momento. Então, se for para essa questão, acho que a Tina poderia responder.

A SRA. MARIA ALBERTINA AFONSO HENKE – Você quer que eu responda agora, já, ou vai deixar mais para frente?

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Eu acho que você poderia responder agora, sim.

A SRA. MARIA ALBERTINA AFONSO HENKE – Ah, sem problemas! Bom dia a todos. Eu vou falar sobre os pagamentos. Não são nem impostos. São preços públicos por exercício de atividade. Esse pagamento é previsto em lei. Então, nós temos de cumprir esse pagamento.

Uma possível isenção não depende da nossa Secretaria. Isso depende de lei, decreto, para uma isenção total, mas já foi aplicado. Já existe decreto. Já existe portaria da nossa Secretaria. Já foi aplicado um desconto proporcional ao tempo parado, no ano passado,

2020, de 23 de março a 21 de julho. Já aplicamos esse desconto no sistema Tô Legal, que imprime as guias Damsp. Já está aplicado lá. O desconto foi de 35%, correspondente a esse período para todos os TPUs, exceto TPUs de mesa e cadeira. Então, tanto comida de rua, ambulante, banca de jornal, todos os outros TPUs tiveram esse desconto correspondente ao período parado.

Todas as portarias de autorização, que são aqueles documentos emitidos pelo Tô Legal, que tiveram atividade suspensa também nesse período, todas essas portarias, assim que as atividades foram liberadas, foram revalidadas pelo número de dias que ainda estavam para serem utilizados. Se a pessoa ainda tinha um mês, ela foi revalidada por mais um mês, como forma de compensação.

Para este ano, 2021, não sabemos qual será o período de suspensão das atividades, então ainda não temos um valor de desconto para isso. Para os TPUs de mesa e cadeira, que não é o alvo aqui, seriam os ambulantes, mas há exemplos. Os TPUs de mesa e cadeira continuam suspensos, ainda não tiveram as atividades liberadas. Já liberamos para 2020, 78% de desconto, que corresponde à suspensão a partir de 23 de maio até o final do ano. Já estamos cumprindo. Já existe decreto dando esse desconto proporcional, a compensação proporcional ao tempo parado, e já estão aplicados, fora um ou outro com algum problema de cadastro, que na hora em que ele entra lá, na hora em que ele vê a guia, tem algum erro, eles estão entrando em contato com a gente. Estamos corrigindo esses erros pontualmente, mas esse desconto já está aplicado para o ano de 2020. Fora que também foi isentado de pagamento de multa e correção para os valores que venceram durante o período de suspensão. Qualquer valor que venceu e o seu pagamento caiu dentro do período de suspensão, ele foi isentado de juros e multas para o pagamento até o final de 2020. Esses descontos já estão aplicados. Não houve, até o momento, nenhuma legislação que determinasse a isenção total. Então a gente não pode aplicar isso se não houver essa determinação por legislação.

Não sei se fui clara na exposição, mas já estamos aplicando esses descontos sim.

(NÃO IDENTIFICADO) - Houve a isenção, mas o Governo vetou, né?

A SRA. MARIA ALBERTINA AFONSO HENKE – Não, não houve a isenção. A isenção, acho que na lei - não lembro o número agora...

(NÃO IDENTIFICADO) – A Câmara aprovou a isenção, Tina.

A SRA. MARIA ALBERTINA AFONSO HENKE – ...o Departamento Jurídico não falava em isenção para todos os TPUs, era isenção de taxas para os TPUs de mesa e cadeira, que é diferente: taxa é uma coisa, preço público por exercício de atividade é outra. Não houve essa isenção, pelo menos, foi o parecer que nós recebemos do Departamento Jurídico.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – São duas questões: o projeto de lei que foi aprovado, só que não sancionado pelo Governo. O que eu estou entendendo que a Tina coloca é que como não tinha uma sinalização do Governo, a legislação não avançava. A minha pergunta para o Executivo é, principalmente a Casa Civil, se a gente nessa relação conseguir, novamente, colocar esse pedido de isenção dos TPUs para votação, combinando com o Vereador Fabio Riva e com o Governo, para que possamos novamente colocar, se o Executivo sanciona. Se ele aceita essa solicitação dos Vereadores combinado na Câmara.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA - Vereadora Juliana Cardoso, eu me comprometo a levar essa questão para o Executivo e para o Secretário que irá conversar com o Prefeito Bruno Covas sobre essa questão de isenção de TPUs, enfim, e novamente reforçar que estamos abertos ao diálogo. A Casa Civil está aberta ao recebimento de solicitações da população e encaminhamento para as Secretarias para que o diálogo seja realizado de forma mais rápida. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - A Larissa fala muito bem aqui que foi sancionado, mas o problema foi o decreto regulamentador que prometeram, reeditaram o decreto, mas nunca fizeram. Quer dizer, já temos um caminho, é até mais fácil que não precisa da Câmara.

Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Vereadora Juliana Cardoso, eu só gostaria de pontuar isso. A lei foi aprovada, sancionada. A questão foi o decreto regulamentador, inclusive o acordo que nós fizemos na Casa de votar o projeto, conceder a isenção, o Prefeito sancionou. A questão foi na hora da edição do decreto. Já vou dialogar com o Secretário Ricardo Tripoli e voltamos a esse assunto. Temos a plena consciência daquilo que foi acordado. Por isso que, ouvindo a Tina - desculpa chamá-la dessa forma, mas é como ela é conhecida - efetivamente, vimos que teve os descontos proporcionais, ou seja, uma parte foi executada pela própria Secretaria das Subprefeituras e essa complementação, que seria esse período de isenção, que podemos construir juntos da regulamentação ou na edição de um novo decreto regulamentador em cima desse assunto em tela. Esse é o compromisso que podemos assumir aqui, não só como Vereador, mas como líder do Governo, até porque, também, fiz essa fala em interlocução com vários ambulantes da cidade de São Paulo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Aí sim. Estou gostando.

O SR. FABIO RIVA – Eu estava sem muita conexão, mas ouvi atentamente a Secretária Berenice, ouvi a Tina fazendo essas explicações. Eu acho importante sempre essas informações de tudo aquilo que a Prefeitura tem feito no socorro principalmente das pessoas que mais necessitam na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Posso seguir? O próximo é o Executivo, ou os ambulantes, ou os representantes têm alguma pergunta para a Bruna, que representa a Casa Civil?

(NÃO IDENTIFICADO) – Vamos seguir, Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Vamos seguir? Estou entendendo que vamos seguir. Vou chamar agora a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, representada pela Secretária Adjunta Juliana Felicidade Armede.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE – Olá, Vereadora. Boa tarde a todas e todos. Ouvi todas as falas e destaco algumas questões, que anotei, das falas do Benedito, da Maíra e da Ana Lídia, que são relativas a dois pontos: burocracia e tempo de acesso a

alimento. Temos que explicar para vocês, e eu concordo com a fala do Vereador Alfredinho, a do Dr. Eduardo, Promotor de Justiça, também, abrindo um parêntese, que é de escutarmos, dar voz para quem está aqui demandando. Sem dúvida nenhuma, Dr. Eduardo, eu li, nós recebemos *e-mails*, recebemos a carta - está aqui comigo, até imprimir para podermos acompanhar com calma.

Esse negócio de tela de computador é bom, mas tenho meus limites, ainda sou da turma do papel, mesmo com as economias ambientais, a gente precisa. Estou aqui com o ofício, com o *e-mail* que a Maíra mandou, é muito importante, muito interessante, porque ela faz uma análise e coloca informações - acho todos deveriam ler -, que é o quanto o nosso Instituto de Geografia Estatística no Brasil está verificando e acompanhando, nos últimos 30 anos, a circunstância de renda no Brasil. A informalidade é um problema histórico do País.

Então, sem dúvida nenhuma, a crise do coronavírus veio agravar a circunstância. É muito importante dar uma lida nesse conteúdo. Eu li o conteúdo, mas acho importante ouvir as pessoas. Eu acho que esse espaço, é um espaço superimportante para podermos ouvir as pessoas, conhecer as pessoas. Estamos distante. Temos um lugar de representação que muitas vezes pode parecer algo inatingível, distante. Acho que agora é o momento de a gente quebrar essa percepção. Estamos aqui para o diálogo. Estamos aqui para o espaço de fala de todo mundo. Eu, particularmente, quero conhecer mais as pessoas. Foi muito bom ver a Maíra falar, ver a Professora Ana Lídia falar, ouvir o Benedito falar. Eu quero ouvir as pessoas. É isso que queria dizer, reforçar esse pedido. Eu tenho tempo para isso. Desmarquei os compromissos que eu tinha, agora, no período da manhã. A Secretária Claudia pediu para que acompanhássemos. Então, assim, estou à disposição e quero estar com vocês.

Feito esse reforço de pedido, de representação de fala, eu vou partir para duas explicações em relação a essas questões que foram postas pelos três, que na minha opinião é o mais importante para explicar para vocês. Primeiro, existe uma burocracia em alguns programas, em alguns acessos da Prefeitura? A resposta é sim. Por que essa burocracia existe? Porque temos uma demanda de legalidade de controle externo, por exemplo, Benedito,

por exemplo, Professora Lídia, que também colocou isso. Mas existem outros programas que a burocracia não afeta diretamente o acesso às demandas de alimento.

Então, vou falar dos dois programas. A Secretária Berenice comentou aqui sobre eles, vamos explicar melhor para vocês e é isso que eu quero fazer, se possível, eu vou fazer o seguinte: eu vou colocar no *chat*, dar um Ctrl+C e um Ctrl+V, porque esse negócio de internet, acesso à informação na internet, eu vou confessar que eu não era a pessoa mais ligada nisso, mas é impressionante como agora a gente vai ter que aprender e remodelar a vida. Coloquei no *chat* para vocês, reparem quem tiver aí com o celular, abra o *chat*, quem tiver com o computador, abre e clica. Vocês vão entrar no *site* chamado Santa Mãe Solidária, como a Secretária Berenice comentou.

Semana passada o Prefeito Bruno Covas fez um informe sobre como os programas sociais em geral vão se organizando. No caso da Secretaria de Direitos Humanos, e a gente tem, pessoal, distribuição de cesta básica pelo Fundo Social do Estado, a gente tem distribuição de cesta básica pela Assistência Social, como a Secretária Berenice comentou, por meio dos CRASs, mas o grande mesmo movimento de cesta básica está no Cidade Solidária. Então temos ainda o Santa Mãe Solidária um indicador de uma ação que é de acesso a alimentação direta na rua, direto em pelo menos, eu vou dizer para vocês, é muito interessante o *site*... eu não sei se eu posso fazer isso, desculpa-me, eu não sei se eu posso projetar a tela? Eu aprendi isso também, o negócio está ótimo.

Abri aqui alguns decretos para vocês darem uma olhada, acho que ajuda mais. Estou projetando para vocês a minha tela de computador. Aqui temos, por exemplo, só falando de pontos de rede da cozinha Cidadã, então, que é o da Mãe Solidária. É a união de ações do governo com a sociedade civil está aqui. Tem ações do poder público e da sociedade civil. O que isso gera? Gera, clica em explorar locais de entrega e vocês vão ver que temos 521 lugares de entrega diárias de quentinhas. Por exemplo, tem gente que não tem gás. Vocês sabem mais a realidade das pessoas porque vocês estão lá na ponta do que eu, mas a gente

sabe que as pessoas não têm acesso a gás. Tem gente que está trabalhando e está precisando de apoio de alimento, tem gente que não está trabalhando e que está precisando de apoio de alimento.

Uma grande questão que vimos no ano passado, acompanhando aqui o atendimento dos Franciscanos, no centro da Cidade, acompanhando as redes de rua que estavam acompanhando os grupos sociais porque São Paulo é uma pluralidade de pessoas que estão na rua, não necessariamente vivendo na rua, mas trabalhando na rua, andando na rua, ainda que no meio da pandemia, estão trabalhando, estão tendo que seguir na luta. São 521 pontos para essa distribuição... (Falha na transmissão.) O que é que eu solicito para vocês: dar uma explorada nesse mapa, precisa entender, é a mesma lógica do Google, de você procurar, de você clicar: Rede Cozinha Cidadã, Núcleo de Convivência. Outra coisa você tem também o banco de alimentos, o banco de alimentos também é uma distribuição de comida, mas não necessariamente pronta, o banco de alimentos, que é da Secretaria de Trabalho está distribuindo literalmente insumos, mais perecíveis, que demandam preparo, porque tem muita gente que está acessando isso, então você vai encontrar verdura, farinha, é geral, é o conteúdo geral. E vocês nesse *site* vão conseguir olhar a questão, que eu acho que acaba por ajudar, e aí é uma coisa que eu anotei aqui, que foi importante, que a Maíra falou que os ambulantes não sabem dos direitos deles. A questão do auxílio, do apoio financeiro, o acesso à informação, pelo que eu senti da fala da Maíra, mas o que é que eu fiquei impressionada, e é verdade quando falamos de direitos sociais e direitos humanos, precisa mesmo de informação, precisa mesmo de a gente criar diálogo.

Então, desculpe-me ser querer ser um pouco mais longa, de querer projetar tela, porque é uma forma de dar informação, de abrir canal de comunicação, mas ao mesmo tempo de já empoderar agora vocês com o mínimo de informação. Então, eu acho que este item acaba por mostrar para vocês o acesso a alimento que pode ser um local possível. Aí são vários interesses pela Cidade, vale dar uma acompanhada, uma analisada nos endereços. Olha, é bem distribuído, não custa nada depois conhecer melhor a informação.

O segundo programa que podemos colocar para vocês é o Cidade Solidária, acho que todo mundo já conhece, o próprio Benedito comentou que o ano passado teve a distribuição de cestas básicas. Benedito, até a Maíra comentou aqui, anotei aqui, que ela já está fazendo um diálogo com a gente sobre as entidades da sociedade civil que se inscreve nesse programa. O programa Cidade solidária ele de fato exige um passo-a-passo para acesso às cestas, e aí de onde vem essa questão que eu vou dizer para vocês, quem conhece a realidade da gestão pública sob o ponto de vista da nossa burocracia, às vezes, demorada, mas quem conhece a realidade da gestão pública também sobre uma camada de controle... o Ministério Público está acompanhando, é necessário esse controle externo, é fundamental, é isso que equilibra as nossas instituições, a nossa democracia. É isso que cria de fato qualidade, pressão social, mas é importante dizer que temos a demanda das organizações, como a gente conta com elas como parceiras para inscrição.

E aí temos uma questão que eu queria falar para vocês que é importante, é importante que vocês conheçam porque é super-recente esse decreto, o programa Cidade Solidária hoje é um programa de diálogo de um conselho técnico de apoio, pois a gente tem um decreto que coloca uma série de Secretarias dentro desse diálogo para poder fazer dentro do Programa uma capacidade de interpretação que não fique fechado só em direitos humanos. Os direitos humanos têm que se transversalizar, segurança alimentar não é um tema apenas de economia, apenas do mundo do trabalho, ele tem que ser transversalizado, porque, às vezes, ainda mais na nossa crise ele tem de buscar uma união de todos e todas para esse processo.

Dentro dessa lógica de controle, de informação, temos esse Conselho. Esse decreto criou o programa, que é de 7 de abril do ano passado, e, vou colocar tudo no *chat*, porque é mais fácil. Aí é o decreto que ajuda a vocês terem esse marco de informação e esse decreto mais recente auxilia vocês a terem mais informações.

A Luana Alves disse que é dramática a questão dos ambulantes. Tem alguém do Conselho de Migrantes aqui? Ótimo, porque sim, temos uma demanda de diálogo migratório...

(Falha na transmissão.) ...conosco. Temos sempre o Cami, eles todos com redes imensas de diálogo com todo mundo, então, acho que é bacana de dizer, não quero ser injusta e citar só três instituições de migrantes, enfim, há muita gente dialogando conosco até por conta do Conselho Municipal.

No ano passado conseguimos mesmo com a pandemia, porque é muito importante esse marco de garantia de direitos e quando veio a pandemia falamos que não podíamos parar e publicamos o plano, fizemos toda a sistematização, dialogamos com os Conselhos, com as Secretarias, e publicamos o primeiro Plano Municipal de Garantia de Direitos dos Imigrantes, em minha opinião, foi fundamental, até para você poder ter uma normativa que te oriente, até como tínhamos visto, que nem sempre você tem acesso à informação e a direitos para poder exercer. Então, o Cidadania passa muito por aí.

Desculpe-me alongar, estou à disposição. Obrigada, Vereadoras e Vereadores. O contato da Secretaria, o pessoal nos enviou a carta no nosso *e-mail* institucional. Sei que todo mundo já tem o contato, fiquem à vontade. Estamos todos os dias presencial, digo gabinete, nossas equipes de teletrabalho são muitas, mas eu e a Secretária estamos sempre aqui e temos nossa equipe para atender telefone, não há desamparo no contato, não, viu. Obrigada.

A SRA. LUANA ALVES – Está certo, Juliana. Estava conversando com a Vereadora Juliana e seria interessante termos agora uma rodada, umas três falas dos inscritos ambulantes para conseguirmos manter um diálogo e depois retornar a fala para o Executivo para as respostas, pode ser? A Dona Valdina está por aí? Está inscrita?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Luana, só verificar se alguém agora...

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Vereadora Juliana, seu eu puder falar sobre o assunto anterior, da lei e do decreto regulamentador, eu gostaria. Seria possível?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Deixe-me só ver... Alguém levantou a mão, mas não sei se era para fazer uma pergunta para a Secretária Juliana.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que é o Otávio. Saiu da tela.

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA - Eu também levantei, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quem?

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Gostaria que fosse permitido que nós representantes dos ambulantes fizéssemos uma fala.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou passar agora a palavra. Mas, Manoel, é uma pergunta para a Secretária Juliana, agora?

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Não, eu queria... (Falha na transmissão.)
...da Coordenação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O.K.. Será garantida a palavra. Sr. Otávio, o senhor tem alguma pergunta para a Secretária?

O SR. OTÁVIO AMARAL – É só a garantia da palavra também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O.K... Então, tem a palavra Bruna, para responder. Em seguida, Valdina já fica pronta para falar. É isso mesmo, Luana?

A SRA LUANA ALVES – Depois da Valdina é o Sr. Manoel.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O.K.. Tem a palavra, Bruna.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Eu me certifiquei se havia lei aprovada neste momento que garantisse a possibilidade de o Executivo regulamentar e tratar da isenção de TPUs. Então, o que aconteceu? Há uma portaria que foi publicada há uns 15 dias que deu isenção do ano passado, de março até dezembro, com base na lei que foi aprovada sobre o coronavírus. Havia um dispositivo na lei da pandemia do Coronavírus, eu posso pegar o número rapidamente para vocês, que permitia ao Executivo, por decreto, dar a isenção para os TPUs. O que acontece? Neste momento, para ser um novo decreto regulamentador, é necessário que haja uma nova lei, porque ele falava do exercício fiscal de 2020. Foi essa a informação que me foi passada.

Vou dar uma olhada na lei, comprometo-me a ver isso e também a dizer se realmente seria necessária essa nova lei para que possamos fazer novamente, se for possível,

de acordo com o Orçamento e tudo o mais. Enfim, não cabe a mim dizer isso, há pessoas que precisam analisar isso dentro da Prefeitura, sobre se é possível e se houver a lei que permita a nova regulamentação. Enfim, o Vereador Riva, Líder do Governo, comprometeu-se a conversar com o Tripoli também sobre o assunto só para, tecnicamente, verificarmos neste momento se é viável, já de pronto, o Executivo regulamentar, ou se é necessária novamente a lei, que teria que passar pela Câmara Municipal de São Paulo.

A SRA. LUANA ALVES – Está bem, Bruna. Então, você, assim que possível, nos passe essa informação, porque se precisar de uma nova lei, a gente corre, tá bom?

Agora, pela ordem de inscrição, Dona Valdina. Depois, Sr. Manoel.

A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Luana, eu gostaria de passar a minha fala para o meu Presidente que encontra presente, Otávio, do sindicato. Depois eu falo na outra rodada.

A SRA. LUANA ALVES – Pode ser.

O SR. OTÁVIO AMARAL – Obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar a Vereadora a Juliana, e, na sua pessoa, todos os demais Vereadores presentes, assim como e todos os meus companheiros luta presentes que me antecederam.

Meu nome é Otávio, sou Presidente do Sipatei. Quero aproveitar a minha fala breve porque, anteriormente, já foi falado sobre o documento que nós tivemos. O próprio promotor disse que esse fórum é um ambiente que reúne todas as tribos da cidade de São Paulo. Então, é um documento representativo. Ele disse, em síntese, tudo o que a cidade de São Paulo, em termos de economia informal de ambulantes – seja TPUs, comida de rua ou algo que o valha -, está muito bem representada no fórum; e esse documento expressa muito bem isso.

Quero abordar a questão que está sendo posta aqui. Estamos falando de fome. Nossa fome é de anteontem, parafraseando o samba. Já estava ruim, vínhamos de um período de recessão econômica, em que a demanda por emprego, a falta de trabalho aumentava substancialmente. Com a pandemia, nossa situação hoje é infinitamente pior. Não quero, obviamente, desanimar as pessoas quando digo que o que foi aprovado na Câmara Municipal,

de auxílio, é também infinitamente aquém das nossas necessidades. O número de ambulantes que foram atingidos pelo Programa Tô Legal é também infinitamente menor do que os que estão necessitando de uma atenção maior. Vejo o comércio informal, esses trabalhadores, num mundo pós-pandemia e com crise de emprego, não como pobres coitados; vejo-os com outra visão. Aí, há um desafio que fazemos à Administração. Podemos ser a saída para a crise. Esses trabalhadores e trabalhadoras podem ser a saída para a crise humanitária e econômica, socialmente falando.

Então, eu gostaria de dizer, se os senhores do Poder Público tiverem interesse em fazer esse debate, que esse fórum, essas entidades e essas pessoas que estão aqui representam muito bem esses setores. Quando digo que a fome é de anteontem, se a Administração Pública não quiser contribuir para minimizar essa hecatombe social que estamos vivendo, esse escárnio social que estamos vivendo, se não quiser contribuir com essas várias outras cracolândias que eventualmente possam surgir com essa crise humanitária que vivemos na Cidade, é imperativo que se doem alimentos de uma forma mais objetiva, menos burocrática. A experiência que tivemos no ano passado, das cestas que o Dito citou, foi muito rica; mas ela pode ser aperfeiçoada. Ela foi muito pequena, infinitamente menor do que a demanda que tínhamos, e hoje é muito maior.

Para finalizar, apesar de todos esses pontos reivindicados na carta, eu não poderia deixar de dizer da Operação Delegada. Não existe sociedade no Planeta que não tenha polícia; mas quando a polícia passa a ser usada por determinado segmento econômico, as coisas parecem ficar esquisitas. A Operação Delegada precisa ser revista. Nós nos propusemos a ser parceiros para ajudar a salvar o País da crise. Temos dois adversários em comum: os negacionistas, os que negam a ciência, os que negam a doença, e os que negam a crise. São esses que precisamos combater. Temos que nos dar as mãos nesse sentido.

A Operação Delegada tem sido usada como um instrumento de um determinado segmento para atender seus próprios interesses. São inimagináveis as cenas que vimos acompanhando. A do Geová foi grave. Na Lapa, tivemos um trabalhador ambulante que foi

assassinado à luz do dia. Que coisa mais grotesca é aquilo que vimos, trabalhadores de jaleco amarelinho participando de uma briga com ambulantes, algo que mais parecia briga de gangues de rua! Isso é um escárnio, mas que se tornou uma prática. Por isso, precisamos rever a Operação Delegada. São profissionais que precisam, sim, ganhar melhor; mas o Governo do Estado que dê aumento a esses trabalhadores, que os prepare melhor. Tenho certeza de que aqui ninguém quer ver a nossa Polícia Militar envolvida nas cenas que temos visto e que viraram uma rotina.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. Espero ver todos nós, que aqui estamos reunidos, estejamos em outro momento com todas essas questões já avançadas. Obrigado, Vereadora, e um abraço a todos.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Otávio. Tem a palavra o Sr. Manoel.

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Bom dia, Srs. Vereadores. Quero cumprimentar a Vereadora Juliana Cardoso, Presidente da Comissão, e os demais Vereadores e representantes do Poder Público.

Eu queria trazer algumas preocupações nossas, dos vendedores ambulantes especificamente. Algumas delas já estão na carta, mas eu queria deixar claro para demonstrar esse ponto. O Secretário Modonezi esteve em São Miguel Paulista no final de novembro para a inauguração da reforma de um calçadão naquela região. Nós dissemos a ele da necessidade de um PPI para que os ambulantes pudessem parcelar suas dívidas com prazos mais dilatados, porque há muitos vendedores ambulantes que se endividaram ao longo dos anos e correm o risco de perder suas licenças por conta desse acúmulo de dívidas, que ficaram insuportáveis. Uma das causas, Srs. Vereadores, é o aumento excessivo das taxas, que subiram numa velocidade enorme, acima da inflação, o que dificulta os vendedores ambulantes de exercerem essa atividade com pagamento das taxas em dia.

Precisamos de um programa que altere a forma de cálculo dessas taxas, que hoje é pela Planta Genérica de Valores, que está muito acima das possibilidades dos vendedores ambulantes; e também de um PPI para que os ambulantes possam parcelar suas dívidas. É

possível até que essas dívidas sejam parceladas hoje sem PPI, mas vêm com muitos juros, taxas excessivas, que os vendedores não conseguem pagar. Seria necessário que essas coisas fossem corrigidas, que essas dívidas fossem parceladas em 12 vezes, 24 vezes, 36 vezes fora do PPI. Pelo PPI, pode ser feito o parcelamento em até 120 vezes. Precisamos também, além disso, do perdão dessas dívidas nesse período da pandemia, porque não se pode continuar com essas taxas e cobranças nem é admissível a insistência da Administração Pública em cobrar essas taxas.

Outra coisa que eu queria deixar bem clara é que a lei também precisa de algumas alterações, porque o diálogo com o Poder Público não tem sido satisfatório para nós. Uma das coisas que eu queria deixar bem claro, já que o representante da Guarda Metropolitana está aí, é sobre a violência contra os trabalhadores ambulantes. É inadmissível que, em pleno século XXI, trabalhador ainda precise apanhar na América Latina e ser transmitido, ao vivo, virtualmente, como tem acontecido; e os comandantes dessas operações não tomam providência.

Valério, seria preciso que o senhor analisasse bem isso aí. Esse convênio dessa operação delegada já está exaurido, na condição de diálogo de um trabalhador, como um trabalhador, porque eu vejo o representante do Poder Público, de fato, na condição de trabalhador; e quem está na rua está na condição de trabalhador. Isso não pode continuar.

Recentemente, houve um policial, na Rua Santa Ifigênia, que puxou uma arma para o seu comando, porque ele era da Operação Delegada. Ele tinha ido almoçar e chegou atrasado cinco minutos. Se ele puxou uma arma, engatilhou para o sargento, que mandava nele, que o controlava, imaginem contra um trabalhador ambulante o que esse homem descontrolado é capaz de fazer. O *stress* da tropa está colocado no dia a dia, na necessidade de eles trabalharem, trabalharem sem descanso. Não há condições de trabalhar contra o trabalhador ambulante. Acontece isso. Quanto a esse fato, a gente vem reclamando diversas vezes.

Outra coisa: a fome continua batendo na porta dos vendedores ambulantes. Se os

representantes do Poder Público, a Sra. Berenice esteve aí. Se estivessem nos chamando e sentados na mesa, eu acho que a situação teria sido resolvida. Desde o ano passado é que estamos reclamando. Nenhum vendedor ambulante - são raros os que receberam essa contribuição de cem reais. É pouco, é pouco, e não houve nenhuma saída de incluir vendedor ambulante num programa de vacinação ou de emergência, porque estão na rua. Poderiam estar sendo incluídos, porque são quinze mil legalizados, em termos de TPU. Se estivessem sido incluídos num plano de vacinação, talvez não estariam questionando se os vendedores ambulantes não poderiam estar trabalhando. Agora categorias e mais categorias e profissionais estão sendo incluídos.

Essa é uma reivindicação. Pode ser que a gente esteja sendo egoísta, numa sociedade onde morre gente toda hora, mas nós precisamos também ser incluídos nesse programa de vacinação. Não está na pauta, mas é uma necessidade urgente. Sei que há vários vendedores ambulantes que já foram vacinados por conta da idade.

Outra coisa que nós queríamos colocar é que nós precisamos de alguma coisa que nos ajude imediatamente, com resposta do Poder Público, de forma contundente, para o combate dessa fome, e sejam incluídas essas empresas parceiras, junto com as entidades, para distribuir essas cestas e que se destrave essa coisa que está amarrada na Prefeitura. Eu não entendo por que a Prefeitura está nessas condições.

Outra coisa, peço que façam uma audiência urgente. Peço aos Vereadores que colocassem em votação, que entrem em consenso, para modificar essa lei imediatamente na Câmara Municipal.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Antônia de Lourdes Moreira, do Fórum dos Ambulantes com Deficiência.

A SRA. ANTÔNIA DE LOURDES MOREIRA – Boa tarde a todos. Quero agradecer a todos, em especial à nobre Vereadora Juliana, ao nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, à Sra. Luana, ao Sr. Dito e ao Dr. Valério.

Repetitivamente vou falar também das taxas. Eu tenho termo de permissão em uso.

É abusivo o aumento. A gente trabalha num espaço de dois por um. Quanto à fiscalização, se passarem um pouquinho, vêm e apreendem a mercadoria. É muito alta essa nossa taxa. No ano passado, na época de pandemia, a nossa primeira parcela foi para mais mil e cem reais. Eu fui puxar a minha deste ano, e a do mês de março era de 530. A Sra. Tina falou sobre o desconto. O valor já estava em 815.

Então, eu falo em nome dos deficientes, principalmente os deficientes visuais, o pessoal que estão no centro novo, uma região de um comércio muito baixo. Há muita gente que não conseguiu pagar as taxas, e só vai acumulando, acumulando.

Esse auxílio emergencial está igual a caviar: A gente só ouve falar, porque eu não conheço ninguém que tenha pego esse auxílio. Peço para os órgãos públicos para olhar para os permissionários, para os ambulantes, com misericórdia, porque a gente contribuiu tanto o progresso de São Paulo e agora, num momento em que a gente mais precisa, é difícil. Só há porta fechada. A gente não consegue negociação. É a cesta-básica que não vem. A gente fica nessa insegurança. Eu estou na rua desde 1982. Há muitos deficientes muito antigos de rua. Há muita gente doente e muita gente que não consegue sair de casa devido à pandemia, e a gente não tem nenhuma assistência para os órgãos públicos.

Quero agradecer à nobre Vereadora, que está sempre com a gente, ao nobre Vereador Suplicy e ao Sr. Valério, que está sempre com a gente também. É isso: nós estamos pedindo socorro.

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Sra. Hortense Mbuyi, liderança imigrante do Fórum Fronteiras Cruzadas. O que estamos falando tem a ver um pouco o que estamos querendo ouvir da Secretaria de Segurança.

A SRA. HORTENSE MBUYI – Boa tarde a todos. Eu agradeço essa oportunidade. Tenho muitas coisas a dizer, mas, por questão de tempo, vou tentar resumir. Eu ouvi, com tanto carinho, as diferentes intervenções anteriores. Eu queria dizer que a situação é muito catastrófica para os imigrantes. Eu ouvi a maioria das pessoas falando das leis, de várias

reuniões e medidas, de como orientar as coisas nesse tempo da crise.

Eu lamento dizer sim que estamos aqui para falar da fome. A fome é muito forte. A situação é muito difícil. A vulnerabilidade dos imigrantes acabou se aprofundando. Estou junto com os ambulantes. Há muitos imigrantes que trabalham como ambulantes, por falta de emprego já antes da pandemia.

A questão de emprego e moradia faz parte do grande desafio dos imigrantes aqui em São Paulo, e agora, com a questão da pandemia, a maioria está passando por ameaça de despejo, desocupação. Há ameaça do despejo, e isso acabou criando também vários conflitos entre brasileiro e imigrante. Falo de liderança imigrante, por causa dos imigrantes. Há pessoas que estão sendo ameaçados nessa questão de despejo e nessa questão de moradia.

Hoje, no Brasil, há imigrantes sem teto. Falo em questão de fome porque a maioria faz trabalho autônomo, e agora ficaram em casa. Muitas pessoas estão sem comida em casa.

Desde o ano passado, eu tenho mapeamento, na zona Leste de São Paulo, de mais de 400 famílias, mães com filhos sem comida em casa. Essa articulação foi feita desde o ano passado, e até hoje não houve melhora, mesmo com apoio de algumas organizações, que poderiam tentar chegar até perto, para conseguir resolver esse problema.

Eu escutei aqui a Vereadora Juliana falando. Inclusive, S.Exa. enumerou várias organizações da sociedade civil e quem trabalha na Secretaria de Direitos Humanos, na questão dos imigrantes. Eu sou membro do conselho dos imigrantes de São Paulo, mas eu lamento dizer que, no conselho municipal dos imigrantes, há assentos de várias secretarias, e eu nunca vi participarem. Digo isso porque o conselho municipal é um espaço aberto de protagonismo para os imigrantes. A gente fala no vazio nas reuniões. Essas outras secretarias nem participam. Não vejo. Foram citadas várias organizações da sociedade civil. Eu quero cobrar da parte de responsabilidade do Executivo, do próprio Governo brasileiro, fora a sociedade civil.

Todo esse procedimento é cadastrado. Tudo é virtual com os imigrantes, que têm dificuldade da língua, com os imigrantes que moram, em maioria, na periferia, sem internet em

permanência. Então, a maioria nem consegue agendar as coisas. O agendamento do CRAS, por exemplo, é difícil, muito difícil hoje. E como a gente vai se reorganizar, cadastrar para conseguir os benefícios que foram citados aqui? Falo também da questão da cesta básica. Como vamos ao CRAS, se está havendo dificuldade em agendamentos, por questão de língua? Os escritórios do CRAS ficam bem longe de onde moram as pessoas.

Todas essas organizações da sociedade civil que foram citadas, que representam, e dão apoio aos imigrantes têm escritórios bem longe de onde moram os imigrantes. Se formos sempre calcular o caminho da casa de um imigrante, que, por exemplo, mora numa periferia, até um escritório de uma organização da sociedade civil para conseguir uma cesta básica, você calcula o valor que compõe a cesta básica mais a condução que o imigrante tem que pagar para ir conseguir essa cesta básica. Cabe no transporte. Então, eu não vejo como uma pessoa que não tem dinheiro vai ainda gastar um dinheiro para receber o mesmo valor dentro de uma caixa. Eu acho bem complicado. Há algumas organizações que têm carros móveis. Eu não sei qual é o planejamento do funcionamento desses carros móveis.

O que eu queria dizer aqui é que o problema é que a burocracia, a língua, o tempo de acesso ao benefício, é bem complicado. A questão da documentação hoje, que já passou o prazo, complica também o acesso ao benefício para os imigrantes, como a Polícia Federal, que também tem agenda difícil; a maioria dos imigrantes ficou com os documentos fora de prazo. Hoje, eu tenho vários casos de imigrantes que conseguiram benefício, mas, quando vão para a Caixa, não conseguem receber, porque lá dizem para eles que estão com o documento fora do prazo. No entanto, a Polícia divulga que foi divulgado tudo isso. Quem tem que informar esses administrativos para entenderem que mesmo o imigrante com o documento fora de prazo tem direito? Quem tem que informar isso? Esse é um caso. Em outros, a pessoa liga, corre atrás para verificar, e o cadastro do sistema informa que ela tem direito e talvez já tenha até caído o benefício, mas, quando a pessoa vai receber, é uma complicação também. Por isso, a gente não sabe para onde vai parar esse benefício.

A minha sugestão, cobrando da parte do Executivo, das autoridades brasileiras, do

Governo brasileiro, é para ele agir, mais campos de ação, associando ainda mais as associações e as organizações formadas pelos próprios imigrantes, porque hoje, com a quarentena, a comunicação para os imigrantes é mais fácil entre nós mesmos, porque eu posso receber um imigrante na minha casa sem dificuldade, que podemos nos falar pelo celular em línguas e nos entendermos bem facilmente, a ele agir nesse campo de trabalho, se aproximando mais dessas organizações e associações, criados pelos próprios imigrantes. Eu acho que isso vai permitir que a gente atinja resultados bons mais rápidos.

Quanto à distribuição de cestas básicas, a questão é a fome hoje. A gente quer comer agora. Eu acho que essa cesta básica pode chegar até essas organizações e associações, se elas ficam mais perto desses imigrantes, a cesta básica, esse apoio alimentar pode, com tanta facilidade, atingir a quem precisa, atingir os imigrantes, em vez dessa coisa de cadastro, de ter que ir para longe, porque não consegue cadastrar, não entende como cadastrar. É bem complicado, porque vocês sabem que tudo para os imigrantes tem sempre apoio das organizações da sociedade civil, mas hoje todas elas estão fechadas, e o trabalho está sendo feito virtualmente, está todo mundo trabalhando em casa e por isso não tem como resolver.

Essa é a minha sugestão que eu tenho a falar para hoje. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está certo. Obrigada, Hortense.

Agora eu vou passar a palavra a Maria das Dores, que está representando a Secretaria.

A SRA. MARIA DAS DORES ALVES OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Presidente Juliana Cardoso, a Vereadora Luana Alves e, em nome das senhoras, eu gostaria de cumprimentar todos os demais e dizer que eu estou aqui representando a Secretária Elza e vou tentar responder a algumas questões que foram feitas, porque eu acho que é de fundamental importância a participação do Executivo juntamente com a sociedade civil nas demandas, principalmente no que tange à fiscalização, que é a nossa área específica quando nós falamos de ambulantes.

A Maíra falou da suspensão da Operação Delegada. Na realidade, a Operação Delegada tem em seu fundamento duas legislações do Município, que é a 11.039, que disciplina o comércio ambulante na cidade de São Paulo, e a 13.866, que atribui à Guarda Civil também a possibilidade de fiscalização. Infelizmente, a Guarda Civil não tem um número de efetivo suficiente para realizar essa fiscalização e, por causa disso, nós temos a Operação Delegada, que são os policiais fazendo a atividade de fiscalização de ambulante e regulação do espaço público.

Nesse período, nós não tivemos a suspensão dos efeitos de nenhuma dessas legislações. Obviamente, o trabalho da Secretaria Municipal de Segurança Urbana continua ativo nessa fiscalização por meio da Operação Delegada e pela Guarda Civil Metropolitana em alguns pontos da Cidade. Nós podemos observar, com a manifestação tanto da Secretária de Assistência Social e com a da representante da Secretaria de Direitos Humanos, que a Prefeitura de São Paulo colocou outras possibilidades para que os ambulantes não ficassem numa situação tão ruim e que nós pudéssemos continuar com a fiscalização, até pela saúde pública neste momento do contágio pela covid-19.

Outra manifestação foi do Otávio, que falou da necessidade de revisão da Operação Delegada e falou da violência muitas vezes imprimida durante essa ação. Nós temos que falar que, obviamente, a Polícia Militar não prega a violência, muito menos a Guarda Civil Metropolitana ou a Secretaria Municipal de Segurança. O que pode acontecer em dados momentos são desvios de conduta de servidores que são oriundos da sociedade, e esses desvios de conduta são devidamente apurados e as pessoas devidamente punidas em caso de comprovação de atividade desvirtuada daquilo que é pregado e daquilo que é posto para a realização da atividade.

Quanto à transparência desse documento, nós já estamos providenciando para que esse convênio que é realizado entre Estado e Prefeitura seja disponibilizado no Portal da Transparência, para que a sociedade, sim, tenha acesso àquilo que foi acordado entre esses dois entes.

Foi dito também sobre o fato de, quando procurada, a Polícia Militar falar que é com a subprefeitura, e a subprefeitura fala que é com a Polícia Militar. É importante deixar claro que, dentro desse convênio, existem responsabilidades definidas. As subprefeituras têm a responsabilidade de definir os pontos que serão efetuados na Operação Delegada, e a Polícia Militar tem a responsabilidade de colocar à disposição da Prefeitura esses servidores que irão efetivamente executar o trabalho, e nós da Secretaria Municipal de Segurança Urbana fiscalizamos a efetividade desse serviço e o repasse do valor a ser pago a esses servidores. Nesse convênio, existe uma comissão paritária que tem um representante de cada um desses órgãos, que eu acabei de falar, que aprova onde serão efetuados e a efetividade do trabalho. A Guarda Civil Metropolitana, por seu lado, continua fazendo a fiscalização em outros locais onde não existe a Operação Delegada.

Neste momento, eu gostaria, se fosse possível, para que nós não nos alonguemos muito, de passar a palavra ao Inspetor Wilson, que é o Comandante Superintendente da Guarda Civil Metropolitana, que pode falar um pouco de como, dentro da Guarda Civil Metropolitana, está sendo efetivado. Se houver alguma questão a mais que queiram apontar, podem ficar à vontade para fazer as perguntas.

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS – Boa tarde à Vereadora e à Chefe de Gabinete Maria das Dores. A Sra. Chefe de Gabinete Maria das Dores já explanou bem a situação da Operação Delegada e propriamente a ação da Guarda Civil, que é uma instituição uniformizada armada e que, na nossa capacitação, na preparação do nosso efetivo, nós focamos nas questões dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, na Lei Maria da Penha e em tudo aquilo que preserva o princípio da dignidade humana. Então, quando há alguma situação que diverge disso, estando fundamentado, tendo materialidade, é iniciado um procedimento de apuração, e o servidor, pelo desvio de conduta, é responsabilizado. Isso a Chefe de Gabinete já deixou bem claro aqui.

A Guarda Civil tem atuado fora dessas áreas onde existe a Atividade Delegada juntamente com a prefeitura local. Ela trabalha no acompanhamento com as equipes das

subprefeituras diariamente, assim que há uma demanda da subprefeitura local, atuando na área de todas as subprefeituras. Algumas subprefeituras têm uma área reservada à Atividade Delegada e, naquelas onde não há a Atividade Delegada, ela atua com a presença da Guarda Civil, e não temos nenhum histórico, como o Sr. Manoel Wilson falou aqui, de violência. Isso não tem chegado a nós, mas, se chegar, certamente será apurado e, assim que realmente constatado, será responsabilizado o servidor e esse desvio de conduta será corrigido no momento certo, com o que há na previsão da lei municipal.

A Guarda Civil atua 24 horas por dia em todas as áreas da Cidade. Fico à disposição de V.Exas. para fazer uma visita em algum momento e trazer alguma situação que de alguma forma talvez não chegue ao nosso conhecimento pelo próprio efetivo ou por algum meio legal, mas que os senhores possam vir. Fiquem à vontade em procurar o nosso Comando na Rua Coronel Couto Magalhães, 444, na área da Luz.

Encerro aqui a minha fala, Vereadora. Não vou me alongar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Luana me mandou alguma coisa. Estou perdida.

A SRA. LUANA ALVES – Juliana, te passei os nomes dos inscritos, mas eu tenho impressão aqui pelas mãos levantadas que talvez tenham questionamentos do público, dos ambulantes à Secretaria de Segurança Urbana. Para a gente aproveitar o momento da audiência, será que a gente consegue abrir duas falas de perguntas, retornar rapidamente à Secretaria de Segurança Urbana e a gente segue os inscritos? Para a gente aproveitar que a gente já está todo mundo aqui em audiência.

Sr. Manoel, você queria fazer um questionamento?

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Uma das reclamações dos vendedores ambulantes no dia a dia é que quando há apreensão das mercadorias, não são contadas as mercadorias que estão sendo apreendidas. Então, na hora que vai devolver, tem muita reclamação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ficou distante o seu microfone.

A SRA. LUANA ALVES – Ficou ruim.

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – As mercadorias dos ambulantes têm sido apreendidas e na hora de devolver não são as mesmas que foram apreendidas. Por quê? Eles não contam as mercadorias. (Falha na transmissão.) ...Joga em um saco e às vezes está rasgado e tudo. Então, precisava de uma transparência. Quando apreende... para receber... paga taxa. Já fiz até boletim de ocorrência no passado.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ficou bem ruim.

A SRA. LUANA ALVES – Mas acho que deu para entender o questionamento do Sr. Manoel.

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS – Posso responder o questionamento dele.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só tem a Valdina e já responde os dois juntos.

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS – Certo.

A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Juliana, o meu é para garantir a minha fala depois. É só isso. Não tenho pergunta para ele não.

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS – Então, Vereadora Juliana, esse questionamento do Sr. Manuel, a própria legislação, a 13.866, já traz no seu bojo que no momento da apreensão não há contagem. O material é ensacado, o saco onde está sendo acondicionado é lacrado. O ambulante recebe o contra lacre e com aquele número ele comparece à subprefeitura a que compete guardar e custodiar todo esse material e adotar todo o procedimento de autuação, de devolução dentro dos prazos previstos na lei. Então, não há essa possibilidade, no momento da abordagem, o efetivo estar contando o material.

É diferente a ação no momento da apreensão de ambulantes da ação do agente vistor. O agente vistor vai planilhar o material, vai relacionar tudo o que tem no local e depois

vai emitir o Auto de Apreensão.

A Guarda Civil e a atividade delegada, no momento da apreensão, não emitem esse Auto de Apreensão. Entrega somente o contra lacre que é o comprovante com o qual vai comparecer à subprefeitura e fazer o recolhimento das taxas e todo o processo de retirada e de questionar o material. Ele tem de atentar ao tipo de material que é recolhido. Os alimentícios, perecíveis não são devolvidos. Os demais, apresentando nota fiscal, em um prazo de 30 dias, ele faz a retirada.

Quanto à quantidade, ele vai apresentar uma nota. De repente, na nota tem uma quantidade, mas já houve a venda daquele material por ele mesmo e terá menos lá. Não tem como o Efetivo contar no momento da apreensão esse material. É lacrado na frente dele. Ele acompanha a lacração, recolhida ao veículo que vai fazer o transporte e depois fica depositado na subprefeitura.

Isso, Sr. Manuel, não será possível. Já há previsão na lei e o procedimento a ser realizado no momento da abordagem.

A SRA. MARGARIDA RAMOS – Eu discordo de você, companheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quem está falando?

A SRA. MARGARIDA RAMOS – É a Meg.

A SRA. LUANA ALVES – A senhora tem um questionamento, Dona Margarida?

A SRA. MARGARIDA RAMOS – Boa tarde a todos os presentes.

Sou Margarida Ramos, sou militante da Unicab Fórum e também sou camelô, ambulante.

Meu questionamento é para falar para o companheiro que não procede essa sua informação. Realmente, as apreensões são violentas. Temos muitos vídeos que mostram a violência dos policiais e dos próprios coletes amarelos. Na maioria das vezes vamos pedir o lacre, sabe o que acontece? Vocês falam que não e que só indo na subprefeitura do quinto dos infernos que vamos conseguir esse lacre.

É verdade o que o Manuel falou de que na maioria das vezes, pelo menos as

apreensões que eu acompanhei não dão o lacre de jeito nenhum. Na maioria das vezes quando a pessoa consegue a nota e que vai retirar a mercadoria, não está a mercadoria toda. Muitos ambulantes reclamam disso. Você me desculpa, companheiro, mas sou ambulante e estou sentindo na pele tudo o que estamos vivendo, o descaso.

Também discordo da fala que os ambulantes não sabem os direitos. Os ambulantes sabem os direitos deles. Você sabe o que o ambulante não tem? O direito concluído. Ninguém dá credibilidade a um ambulante. Para todos, os ambulantes são desinformados. Na maioria das vezes o ambulante não é desinformado. São pessoas que tem nível superior e que hoje estão sofrendo a mesma coisa de uma pessoa que não tem estudo.

Nós, ambulantes, estamos sentindo na pele o descaso. Você sabe o que é uma pessoa ficar oito dias comendo batata doce cozida no micro-ondas só porque não tem gás e não tem alimento? Então, que culpa tem esses trabalhadores.

Desculpem-me. Estou um pouco alterada porque o psicológico... Estou nas ONGs e a gente escuta. É fácil para quem tem seu salário garantido, mas é difícil para nós, ambulantes, que vemos um ou outro passando fome, pedindo misericórdia. Este é um País de miséria. Nunca vi isso aqui. Nunca vi o que estamos passando. Tenho um áudio das pessoas sofrendo, pedindo cesta. Se não são os professores, as associações, as pessoas que têm um pouquinho e dividem, muitos ambulantes já teriam morrido de fome. Fazemos o recolhimento de doação. A fome não espera.

Como a nossa amiga falou: é tão difícil para cadastrar para conseguir uma cesta. A gente mora longe. Quando você vem receber a cesta, o que você gastou de condução, de tempo e sofrimento, não valeu a pena o que tem ali. Não estou dizendo que não vale a pena. Vale a pena para quem está próximo.

Eu arrecado cesta básica. As pessoas sabem que eu faço vídeo, peço ajuda. Na maioria das vezes eu vou levar cesta lá no Itaim Paulista, em São Miguel, Tiradentes – o lugar mais precário, é onde não chega ajuda para essas pessoas.

Desculpem o desabafo, mas os ambulantes estão sofrendo muito. Nessa pandemia

já estava difícil por conta da primeira onda. Nessa ficou mais. Tem muitos trabalhadores que estão indo às ruas, que estão sendo despejados com crianças porque não têm condições de pagar o aluguel. Que sociedade é essa onde vivemos? Onde os pais de famílias vão à rua arriscar pegar Covid ou arriscar ganhar dinheiro para comprar um pão para o seu filho? O que ganhamos com isso? Operação Delegada em cima e tomando nossa mercadoria, batendo, humilhando. Isso é uma humilhação.

Na primeira onda, a Unicab foi até a Polícia para tentar amenizar a situação dessa Operação Delegada, que é uma operação malvada. Tem muitos meios deles usarem essa operação delegada, por exemplo, ambulante está trabalhando ali e perguntam: “você tem permissão.” “Não.” “Então, vamos fazer um cadastro e você vai pagar “x” para a Prefeitura.” Isso ajudaria o trabalhador, a Cidade, a Prefeitura. Ao invés disso, colocam isso para oprimir. Trabalhador contra trabalhador. O policial que vai ali para fazer esse trabalho sujo talvez nem goste, mas eles são inscritos ali. Vão no dia de folga, ganham pouco e vão ganhar esse bico. Vai porque a Prefeitura fez esse convênio. Usem esse convênio para outras coisas, para outros fins, para coisa melhor e não para oprimir o trabalhador.

Temos o caso do Geová, que foi repercutido. Como pode dizer que a polícia não agride o trabalhador? Agride.

Desculpem. Não vou me aprofundar mais porque estou nervosa. Fica a minha fala.

Desculpem e obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Maravilhosa, Meg.

Queria passar um vídeo que fecha um pouco o que estamos falando que não é somente a relação da Secretaria de Segurança, mas a Operação Delegada que, cada vez mais, essa cena vem acontecendo na Cidade infelizmente.

Quando não há emprego, não há renda, não há ação com o trabalhador, infelizmente, esse tipo de cena que está no vídeo acontece todos os dias. Pode estar sem som, mas só as imagens mesmo acho que funciona.

- Exibição de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, é isso. Isso também tem acontecido muito com a Polícia Militar, infelizmente, e que é um outro vídeo que passaremos mais adiante.

E, Vereadora Luana, só para combinarmos: temos de terminar a nossa audiência às 13h59min. Então, eu peço para que V.Exa. dê uma lida nos nomes que ainda têm para falar, e nos inscritos, porque se nós não nossa adiantarmos na conversa, no diálogo aqui, nós não vamos conseguir ouvir todo mundo. E nos últimos dez minutos eu queria que nós nos concentrássemos nos encaminhamentos. Tudo bem assim?

A SRA. LUANA ALVES – Eu vou falar os nomes das pessoas que ainda não falaram. Então, eu peço para que todos que ainda não falaram, que possam falar em três, dois minutos. Faltam a Karina Quintanilha, Maria Eunara, Ricardo Timóteo, Adilson Araújo, Daniel Cardoso, Creusa, Rogério e o Carlos Freire. A Karina está por aí? E a Maria Eunara também?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu estou olhando aqui que o Dr. Eduardo Valério, Promotor, precisa sair. Não sei se já saiu ou se antes de sair ele deseja fazer uma fala final a respeito dos encaminhamentos que pode dar, porque seria muito bom.

O SR. JOSÉ GOMES – Eu queria perguntar se o meu nome está na lista, porque até agora eu não falei e também não foi falado o meu nome. Eu não estou inscrito, é isso?

A SRA. LUANA ALVES – Na lista que a Secretaria me passou, não está aqui. mas eu acho que não há problema algum você falar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está naquela listinha de convidados da Mesa.

A SRA. GILVANIA REIS GONÇALVES – Luana, eu também gostaria de saber se o meu nome está aí. Gilvania, do MTST.

A SRA. LUANA ALVES – Na lista da Secretaria, não. Mas eu acho que você tem de falar, Gilvania. Por mais que não esteja na lista que foi enviada, eu acho que tem de falar, sim.

(NÃO IDENTIFICADO) – A Gilvania e o José Gomes constam em nossa lista, sim.

Nós mandamos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Da lista dos nomes, falta falar quem? Só para organizarmos? Gilvania Reis Gonçalves, do MTST; José Gomes, Presidente do Sinpesp, *Sindicato Dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros Públicos do Município De São Paulo*; e, por último, a Kelly Cristina, do Fórum dos Ambulantes da Lapa. Então, são estes que estão em nossa lista de convidados. E nós temos uma lista, que é essa que a Vereadora Luana falou, em que estão as pessoas que se inscreveram para falar.

Já são 13h20min. Então, vamos combinar bem, senão vamos sair desta reunião sem encaminhamentos. Então, para dar certo, teremos de falar três minutos cada um, senão não conseguiremos fazer os encaminhamentos.

A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Falta eu falar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vamos terminar a lista das pessoas inscritas e, assim, eu vou dar três minutos, porque eu tenho de fazer os encaminhamentos aqui, para aproveitarmos os representantes da Secretaria.

A Valdina é a próxima da lista.

A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou Valdina de Assis da Silva... (Falha na transmissão.) ...sou da Associação Jaciara e sou representante dos trabalhadores... (Falha na transmissão.) ...e que são os trabalhadores que, neste momento, estão sofrendo muito, assim como os demais. Por que os trabalhadores do corre? Porque são trabalhadores que não têm permissão; são trabalhadores que, pela falta de geração de emprego e renda, veem a única alternativa de comércio informal. E isso, hoje, não é só trabalhador ambulante, sabemos que tem uma categoria muito grande. E, aí, eu fico muito triste quando eu vejo a Secretária dizer que só vai receber o auxílio quem está no Bolsa Família, quem está no TPU, quem está no Tô Legal, sendo que o número do corre é muito maior. hoje, para ser bem rápida e prática, eu posso dizer para vocês também, quem tem fome, tem pressa. Então, o cidadão não conseguiu nem se inscrever no auxílio emergencial

federal; não consegue se inscrever no municipal; não chega a cesta básica para ele e ele não é sozinho. Ele tem familiares: ele tem filho, ele tem mãe. Aí, ele precisa de fralda, ele precisa de um aluguel social, ele precisa de um Leva Gás. Então, nós queremos diálogo com a Prefeitura. Nós não queremos briga com o Poder Público. Nós queremos que o Poder Público compreenda que nós somos fruto deles, isso tanto na esfera estadual, federal ou municipal. Porque, se tivesse geração de emprego e renda ninguém estaria na rua. Pega um carrinho, vai para a rua trabalhar, quem está com o seu salário garantido, quem tem seus cargos, quem teve condições de ter uma formação cultural, acadêmica para ver o que o trabalhador passa na rua, o que o trabalhador ambulante passa na rua. É muito difícil.

Outra coisa que nós precisamos, Vereadores, Vereadoras e autoridades, é termos um diálogo direto com as organizações, porque as organizações sabem quais são os problemas e podem ajudar o Poder Público a detectar onde estão os problemas. Então, é muito sério.

Outra coisa, não é só o ambulante que está em dificuldade, mas toda a sociedade; os empresários estão quebrando porque têm os seus compromissos, têm os seus empréstimos, têm os seus funcionários e não sabem o que vão fazer. E nós, os trabalhadores ambulantes, vamos ajudar esses empresários, porque todos os dias nós ajudamos os empresários. Nós, os trabalhadores ambulantes, ao irmos para as ruas, compramos as mercadorias.

Então, eu tenho uma admiração muito grande por todas as autoridades que estão aqui, por todos os Vereadores, mas nós estamos pedindo socorro a vocês. Tenham um diálogo conosco, um papo reto e sério. Nós, trabalhadores ambulantes, merecemos uma vida decente como qualquer outro trabalhador. Nós queremos respeito, nós queremos direitos. Como você vai pedir a um trabalhador vir ao CAT se ele não está tendo dinheiro para sair de casa? Se ele está sendo despejado? Ele vê um filho, uma filha pedindo: “Pai, eu preciso comer” e não tem comida? Como é que você vai dizer para esse trabalhador que os direitos dele estão garantidos, que ele é tratado de forma decente?

Concluindo: nós queremos diálogo com o Poder Público; queremos respeito e trabalho. O trabalhador ambulante é decente como qualquer trabalhador de carteira assinada.

Agradeço a todo pela oportunidade. O meu recado é este: quem tem fome, tem pressa. Cidade solidária. Se alguma associação tiver com alguma dificuldade por causa de documento, os senhores deixem passar esta pandemia, mas atendam essas associações, porque essas associações têm filas de pais e mães, todos os dias, no telefone, noite e dia: “Misericórdia, os meus filhos estão passando fome e vão morrer de desnutrição. Não vão de Covid, mas vão morrer por desnutrição”.

Eu agradeço a todos. Desculpem-me se me alterei um pouco, mas dói muito, dói, quando recebemos 200,150 telefonemas de famílias, por semana, dizendo: “Eu não tenho nada para comer. Eu não tenho nada para comer. Eu não tenho recurso algum”.

Então, eu peço aos senhores do Poder Público que nos socorram. Nós queremos. Nós contribuímos com a Cidade e temos direito ao trabalho, à educação, à cultura, porque está na Constituição. É nosso direito, de trabalhadores ambulantes, termos um trabalho decente e sermos respeitados.

Muito obrigada a todos e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – José Gomes.

O SR. JOSÉ GOMES – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Vereadores e Vereadoras e a todos que estão na Mesa e aos que estão nos ouvindo.

Eu quero ser breve, porque praticamente já foi falado tudo: desde a questão do auxílio; a questão dos TPUs; a questão das taxas, das trimestralidades. Essas coisas que eu pensava em falar no início, mas que já foi falado.

Tem a questão da Polícia Militar que faz a Operação Delegada; tem a questão da GCM; tem a violência que ocorre aí; tem a fome que está pegando todo mundo. Faz muito tempo que eu não ouvia pessoas me ligando e dizendo: “Cadê a cesta básica? Vai vir a cesta básica?” E parece até que a entidade tem essa obrigação de ajudar, porque é uma entidade que todos conhecem e está ligada a esse pessoal, muitos deles são sócios, quem não é sócio

é porque não teve oportunidade. Mas mesmo o trabalhador ambulante que não está ligado a uma entidade, que não tem um TPU, ele tem fome, tem necessidade.

Estamos no segundo bloco da epidemia ou pandemia, e isso está deixando o pessoal maluco. Quando terminou a primeira pandemia, que foi aquela situação de pedirmos para que fosse isento o ano de 2020, é porque as pessoas ficaram mais de quatro meses sem trabalhar. E quando voltaram a trabalhar o povo também não tinha dinheiro para comprar.

Então, era aquela situação, o sujeito estava lá na rua, mas não conseguia vender. Se não consegue vender não consegue cuidar da necessidade que tem do dia a dia. Então, precisamos muito ver essa situação.

Outra que é muito grave, a questão dos ambulantes do corre, como a Valdina acabou de falar. Como é que se resolve isso, tirando a Operação Delegada? Acho que não. Tirando a GCM? Também não. O que precisa resolver é encontrar um meio de legalizar esse pessoal, fazer com que eles tenham uma situação legal de trabalho. Não sei ainda como, mas é preciso pensar uma maneira de selecionar, de fazer um levantamento do número de pessoas que estão trabalhando na rua e dar um documento para que possam trabalhar.

Como vai dar esse documento? Também não sei, porque onde cabe um não cabem 10, nem mesmo para comer na família, se só tiver comida para um não dá para cinco. Mas precisamos resolver isso, é uma situação que é necessária de se resolver. Então, peço que as autoridades, os Vereadores, as pessoas que pensam, vamos ver como resolver esse problema. Essa é uma situação que não pode esperar.

Outra coisa, o pessoal me falou muito para que falasse aqui da comida de rua, a questão das taxas, mas foi falado tudo isso. Acho que todos estão pensando uma saída para isso. Então, não é necessário repetir, mas volto a pedir que as pessoas vejam essa questão de regularizar os trabalhadores informais.

E se fizer uma análise, o trabalhador informal, o que está na economia informal, é mais de 40% do trabalho ativo no Brasil. É muita gente na economia informal. Falamos do ambulante, é um pouquinho que tem, mas se formos ver há muitas outras pessoas que fazem

bico, fazem uma coisa, fazem outra, todos são economia informal. É preciso ver essa questão.

E tem mais uma situação, a dificuldade com a questão dos imigrantes, por não conhecerem a fala do brasileiro, o português, mas temos muita gente nas comunidades que também estão passando fome e não tem para quem apelar. Hoje, estamos vendo o pessoal adivinhando onde tem alguém dando uma cesta básica para ir buscar. Então, é muito difícil. Está complicada a situação hoje em dia.

Quero encerrar dizendo o seguinte, vamos pensar nas questões que estão aí e vamos tentar resolver, porque é preciso. O povo que tem responsabilidade por este país, por esta Nação, vamos pensar como resolver isso. Estou à disposição, sou Presidente do Sinpesp, não falei no início, mas já foi falado aí. Então, estou à disposição, no que puder ajudar vou ajudar, seja para distribuir cesta, seja para ir buscar, fazer o que for preciso. Mas eu quero ajudar o povo que não tem a menor condição.

Muito obrigado.

A SRA. LUANA ALVES - Muito obrigado, José. Gilvania.

A SRA. GILVANIA REIS GONÇALVES – Boa tarde, Luana, Juliana Cardoso, já nos conhecemos de algumas lutas, sou do MTST, uma luta por moradia. Recentemente consegui a minha casa, o meu apartamento, e agora essa luta travada aí como trabalhadora ambulante. Estou na informalidade desde 2019, quando fiquei desempregada e entrei para a informalidade, vendo tapioca no Metrô Carrão, e aqui estou representando o MTST.

Fiquei contemplada com a fala da Margarida, me emocionei, porque a nossa realidade mesmo é essa. Nesta audiência algumas reivindicações têm de ser bem claras, concretas e urgentes. A alimentação não pode ficar esperando para amanhã, para depois. Os trabalhadores ambulantes nessa pandemia, nessa fase roxa, não estão conseguindo trabalhar. Ficamos em casa desesperados, é desesperador, as contas de água, de luz chegando, a gente sem saber o que fazer. Se vai para a rua tem medo do vírus, além da repressão que vivemos.

Teve uma fala dizendo que não chega para eles que somos violentados, que sofremos agressões, mas sofremos sim. Foi passado o vídeo, é bem claro que o trabalhador

ambulante sofre, tem medo da fome. Se fica em casa corre o risco de morrer de fome, se vai para a rua corre o risco de morrer com o vírus e além do mais a violência da GCM e da Operação Delegada.

Então, é muito complicada a nossa situação. E o auxílio emergencial não chegou para todos, esse auxílio emergencial municipal. Eu particularmente não tive acesso, onde trabalho, no Metrô Carrão, ninguém teve acesso, porque nem todo mundo está no Cadastro Tô Legal. Esse Cadastro não chegou para todos. Eu não consegui me cadastrar no Tô Legal, sou MEI. É muito burocrático, na teoria parece que tudo vai se resolver. Não é. Na prática é muito difícil. Liga no 156, não consegue entrar em contato para marcar CRAS, como a Secretária falou ali. Não é fácil do jeito que foi falado. É muito difícil. O 156, a gente fica esperando. Para entrar na internet para ver esses pontos que também foram falados, a Juliana falou, não é fácil porque nem todo mundo tem internet. A pessoa não tem dinheiro nem para comer, vai ter internet.

Então, é muito difícil, a situação é precária, é difícil, o trabalhador está pedindo socorro sim. Como o José falou, tem de ter uma alternativa. Temos que pensar junto em algo que possa resolver a situação do trabalhador informal, porque o trabalhador informal é um trabalhador como outro qualquer, embora não seja tratado como.

É difícil, a nossa situação não é fácil e precisamos de resolver para já. A alimentação básica precisamos, a isenção de conta de água e luz, sim, precisamos, porque está difícil mesmo para todos.

E é isso, o que preciso falar é que esse auxílio emergencial chegue para outras pessoas que não estejam cadastradas no Tô Legal. É isso. É bem rápida a minha fala.

Muito obrigada.

A SRA. LUANA ALVES - Obrigada, Gilvania. É fundamental a sua fala sobre as dificuldades do cadastro no Tô Legal.

A Karina está presente? (Pausa). Maria Eunara está presente? (Pausa) Ricardo Timóteo está presente? (Pausa) Também não está presente. Adilson, você retirou a fala?

O SR. ADILSON ARAÚJO – Vou falar rapidinho. Com relação ao que a Valdina falou, nós temos de ver isso tudo que foi falado como um todo. Aliás, boa tarde geral. Como um todo, não só apenas com os ambulantes, está acontecendo na Cidade toda.

Então, não podemos ser intimistas, temos de ver no geral, se a lei muda para um, muda para todos. Quanto às taxas, quanto à agressão, identificar os agressores e colocá-los em processo administrativo e em último caso em exoneração, tomar as providências. Encaminho isto. Então, é o que tenho a falar.

Muito obrigado.

A SRA. LUANA ALVES – Perfeito, Adilson. Muito obrigada. O Daniel Cardoso está presente? (Pausa) Não. Vou passar para a Dona Creusa, acho que está aí, tinha até levantado a mão, se não me engano.

A SRA. CREUSA – Boa tarde. Está me ouvindo?

A SRA. LUANA ALVES – Sim.

A SRA. CREUSA - O meu microfone estava fechado. Boa tarde para todos, obrigada por estar participando desta audiência. Em cima da fala do Sr. José Gomes e da Valdina, tem solução sim para o Tô Legal, São Paulo é muito grande, o problema que tem é a corrupção entre os funcionários da Prefeitura... (Falha na transmissão.) ...que selecionou essa rua para o Tô Legal, ganharem dinheiro, e não para os trabalhadores que estão necessitados. Eles não têm interesse nenhum de legalizar os ambulantes, portanto, acontece a maior corrupção. Eles encontraram um jeito de ganhar dinheiro em cima do Tô Legal, e isso eu tenho falado desde o início dele. Eles não liberaram as ruas principais, porque eles têm interesse de colocar pessoas que estão pagando para eles. Então, as pessoas tentam entrar nesse Tô Legal e não conseguem, pessoas que já trabalham há anos naquele local de trabalho, mas que não é liberado para elas, são colocadas em ruas onde não há movimento.

Mas, se a Prefeitura quiser arrumar isso, há condições. Basta sair às ruas e fazer um mapeamento das pessoas que estão trabalhando, pegar o nome delas ali e liberar o local para elas trabalharem.

É uma grande mentira diante do Poder Público. Desde quando saiu esse programa Tô Legal, eu fiquei muito contente porque as pessoas teriam condições de trabalhar nos seus próprios locais de trabalho. Mas eles fecharam as principais ruas e liberaram ruas que não têm movimento nenhum.

Eles não estão legalizando porque não querem, porque o interesse deles é ganhar dinheiro em cima de nós. Se eles quiserem, é só irem às ruas, fazer o levantamento das pessoas que se inscreverem e dar o local para elas liberarem, como a Sra. Valdina disse. Ela trabalhava há muito tempo num local, mas ela não conseguiu fazer esse documento do Tô Legal. Por que ele não conseguiu? Qual é o interesse? É dinheiro.

Portanto, a Prefeitura que reveja os seus funcionários, porque as pessoas estão sofrendo, e eu estou sofrendo até hoje por ter denunciado isso. Estou há dois anos sem trabalhar, com documento e com uma ação no Fórum, mas até agora não tive resposta. Jabaquara está sofrendo, e querem tirá-los de lá.

Estou gritando para todos me ouvirem. Tem solução, sim. São Paulo é grande. Basta eles liberarem as ruas para quem já estava no local de trabalho. As pessoas já estavam trabalhando ali, e elas só querem se legalizar.

A partir do momento que nós não podemos pagar essa legalização, os funcionários corruptos estão com outras pessoas lá trabalhando no local que era de direito de quem estava trabalhando. Basta ir até lá e pesquisar.

A nobre Vereadora Juliana andou comigo na Lapa, no fim do ano, e ela viu a quantidade de barracas que estavam lá montadas. Será que todas aquelas pessoas tinham documento realmente? Não. Eu que trabalho lá conheço a região e digo, com seriedade, que a maioria está trabalhando na corrupção.

Portanto, peço aos Vereadores e às autoridades que troquem esses funcionários que estão trabalhando nessas Subprefeituras, porque eles vão passando de um para o outro, mesmo se forem transferidos, e a corrupção continua. Estou há 30 anos trabalhando na rua.

Na época do Pitta, até regionais foram presos, Subprefeitos foram presos,

Vereadores foram presos. E hoje não é diferente, gente. Só não enxerga quem não quer. Alguns Vereadores lutam conosco, sim. Então, peço aos Vereadores presentes que criem uma CPI para investigar essas regionais, para investigar por que nós, trabalhadores inscritos no Tô Legal, não estamos conseguindo. Em vez desse dinheiro estar indo para os cofres públicos, está indo para o bolso dos funcionários corruptos que estão lá.

Chamo a atenção para essa realidade. Tem, sim, rua para trabalhar, e ambulantes podem, sim, estar trabalhando. Muitos ambulantes que fizeram o cadastramento, como eu fiz, não estão conseguindo, há mais de um ano, e estou vendo outras pessoas no local trabalhando.

Basta a Prefeitura querer, gente. Têm condições, sim

Obrigada.

A SRA. LUANA ALVES – Faltam os Srs. Rogério, Valdeci e Carlos Freire. (Pausa)

Acho que não estão presentes. Dessa forma, estão encerradas as falas dos ambulantes.

Quero agradecer muito as falas, as denúncias são gravíssimas e mostram a precariedade da situação. A gente sabe que nunca foi fácil ser ambulante, ainda legalizado agora na pandemia está muito pior, e temos que ter uma resposta para isso. É o momento de fazer alguns encaminhamentos desta audiência. Eu sei que a Vereadora Juliana estava sistematizando alguns pontos. Se a Vereadora quiser falar, eu complemento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está bem. Eu mandei também para você. Sobre os nossos encaminhamentos, é o seguinte: A Dra. Luciana estava aqui e fizeram um levantamento com a Clínica Luiz Gama de Direitos Humanos e a Faculdade de Direito da USP que demonstrou que a distribuição geográfica das doações privadas não está coordenada e monitorada pela Prefeitura.

Ao saber das possibilidades e sem a participação das lideranças do movimento que indiquem os grupos de maior vulnerabilidade, a Prefeitura teria condições de atuar, porque ela tem também essa atuação de fazer uma ação de grupos de vulnerabilidade; inclusive na própria Secretaria de Abastecimento ter um *site* de lugares que possam ser mais vulneráveis,

como foi colocado aqui pelo mapa, por exemplo, da Secretária Adjunta de Direitos Humanos, a Sra. Juliana?

É possível a gente também fazer um grupo de trabalho em que os segmentos possam participar de um manejo da Cidade Solidária, porque assim a gente conseguiria também estar um pouco mais próximos e dar uma solução a essas denúncias que foram feitas.

Outra pergunta é se a gente pode saber qual é a previsão para a permanência e periodicidade das doações, para serem suficientes enquanto durar a pandemia. Até porque a cesta que tem vindo é muito pequena e, muitas vezes, não dura 15 dias. Então, se a Prefeitura, pela Secretaria de Abastecimento, tem já um estudo de periodicidade dessas doações. Assim a gente conseguiria saber melhor e fazer uma programação de alimentação, enfim.

Temos que fazer uma reunião urgente com a Secretaria de Direitos Humanos para encaminhar a questão das cestas e agilizar com a SMADS o cadastro. Então, eu quero já deixar indicado que a Comissão de Saúde, se assim o Presidente permitir, já peça uma reunião com a Secretaria de Direitos Humanos para poder falar sobre esses pontos que foram colocados; e outra reunião com a SMADS para falar da questão do cadastro. Assim, iriam os representantes da Comissão mais alguns representantes dos ambulantes, para poder fazer uma reunião prática.

Temos que alterar a Portaria 73/2002, sobre os preços públicos das faixas. Essa também é uma conversa que nós gostaríamos de ter com o Líder do Governo, com a Secretaria de Subprefeituras, para entender como fazer a alteração dessa Portaria para poder ajudar nesse momento de calamidade pública.

Garantir a isenção urgente. Tanto a Bruna, como a Larissa, questionou isso nessa relação da lei e do decreto. Eu acho que avançaram em muitas coisas, mas a gente precisa, de fato, garantir a isenção. A Tina também pode ajudar a gente a contribuir nessa discussão.

Estabelecer um canal permanente com o programa Tô Legal. Que a gente possa fazer, periodicamente, essa discussão no grupo de trabalho que vamos criar.

Fazer uma reunião com a Secretaria de Segurança Urbana para discussão a

alteração da operação delegada. Na verdade, a gente quer que não exista mais operação delegada. Mas, enquanto isso não acontece, a gente queria já deixar um indicativo para esta Comissão fazer o encontro com vocês para poder discutir isso.

Nós queríamos também ver a situação com a Secretaria de Subprefeituras sobre o contrato de terceirização dos “laranjinhas”, porque vocês viram o que está acontecendo, o que é muito ruim. Talvez nesse encontro com a Secretaria de Segurança, a gente possa trazer um representante deles, porque assim a gente consegue achar caminhos, enquanto não suspende a operação delegada, para ter menos violência e mais diálogo.

Não deixar os ambulantes sem retorno, porque da outra vez que todo mundo começou a voltar a trabalhar os ambulantes ficaram por último. Então nós já queremos exigir da Secretaria de Subprefeituras, Casa Civil e demais autoridades que a gente não fique de fora quando puder voltar ao trabalho, quando os comércios abrirem, que os ambulantes voltem junto com o comércio para não ficarem por último.

Em relação aos imigrantes, estabelecer uma agenda de distribuição de cesta organizada com os imigrantes. Então, no dia em que a gente conversar com essas Secretarias, a apresentação dos imigrantes vem também para a gente poder fazer uma atuação específica isso, que hoje está muito disperso.

A isenção das taxas do TPU, como eu já disse. Estou falando isso novamente porque seguir com 35% é muito pouco. Muito pouco. Tem que haver isenção total. E acesso aos documentos de convênio que institui a operação delegada. E isso a nossa comissão pode pedir, em requerimento, para termos acesso a esse convênio.

Por fim, a proposta final: um grupo de trabalho desta audiência pública para discutir todos esses itens, mas também a questão da violência policial dos trabalhadores urbanos.

Acho que é isso, pela ajuda do Dito, ajuda da Larissa. A Luana também complementou como assessoria. O Tiago e a Ana Lídia.

Então foi um pouco um resumo que nós pegamos aqui da... (Falha na transmissão.)

É isso, pessoal?

A SRA. LUANA ALVES – Só para finalizar, Juliana. Rapidinho.

Queremos aqui reafirmar... A Juliana colocou a sistematização de encaminhamentos.

Eu acho que dá para resumir falando que são quatro linhas de atuação em relação à distribuição de cestas, isenção da PTU, isenção da taxa aos “laranjinhas” e à questão da operação delegada – que, inclusive, acho que tem que ter um debate com a Prefeito... (Falha na transmissão.)

Mas eu gostaria de colocar o seguinte: esse compromisso meu, da Juliana e de outros Vereadores de não ter a taxa. O Líder do Governo Riva falou aqui que está comprometido com isso. Gostei muito de escutar ele falando isso. Quer dizer, então, que temos aí esse compromisso. Se o que faltar for um projeto de lei novo na Câmara, não tem problema nenhum: fazemos um projeto de lei novo para a isenção. O que nós queremos é que se cobre taxa num momento de pandemia. Essa é a nossa postura, esse é o nosso posicionamento: não aceitamos que tenha taxa nesse momento. Eu fico muito feliz de ouvir o Líder do Governo, porque ele também tem esse entendimento. Vamos atrás disso.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Viu, Vereadora, pela ordem, que já vai encerrar. Um segundo.

É que foram duas leis. Teve uma lei de julho que aprovou a isenção, inclusive, devolvendo para quem já tinha pagado a taxa nesse exercício. Esse decreto, depois quando foi transformado também na portaria – nós conversamos várias vezes com a Tina – não encaminho a isenção para os trabalhadores ambulantes. Aí, depois, como não teve garantida a isenção, aí se aprovou uma nova lei, dentro do PL 312, a Lei 17.529. E essa lei, no seu art. 14, garantia a isenção. E aí houve o veto. Por isso que nós ficamos com dúvida. Aí o Vereador Riva esclareceu que não tem veto, o que não houve foi a garantia da isenção no decreto. Então, se é dessa forma, muito que bem, queremos a imediata isenção. Nós estamos lutando com isso desde o ano passado, desde o início de 2020. Só para registrar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Exato.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – E estamos esperando, ansiosos, a garantir da isenção; 35% é pouco, como disse a Vereadora Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou construindo aqui junto com os vereadores e com o Fabio Riva, tá bom?

Agora eu só quero passar um tchauzinho para o nosso povo do Executivo.

Eu posso começar com a Maria das Dores...

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Vereadora...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Manoel, eu não tenho mais tempo. Eu preciso finalizar. Você, por favor, se inscreva no *chat*.

Maria das Dores.

A SRA. MARIA DAS DORES – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer, eu acho que essa audiência foi muito boa.

Nós estamos à disposição para fazer qualquer discussão para melhoria do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Só para gente pontuar, que eu acho que o vídeo mostra, inclusive, a atuação da Guarda Civil, na defesa do cidadão e na segurança daqueles que estão fazendo o trabalho. Eu acho que isso é fundamental.

Tem um “laranjinha” tentando ir para cima do ambulante e o guarda tentando apaziguar, fazendo o papel de mediador, que é o papel da Guarda Civil Metropolitana. E eu agradeço a participação de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. O inspetor Wilson está contemplado?

O SR. WILSON BATISTA DOS SANTOS – Obrigado, Vereadora, pela oportunidade. Obrigado a todos.

Estamos à disposição.

A Guarda Civil se solidariza com essa situação da pandemia, a situação dos

ambulantes e de toda a população paulistana, que é um momento ímpar para todos nós. E estamos à disposição; as nossas portas estão abertas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Secretária Bruna?

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Juliana, só para esclarecer que, realmente, se for concedida alguma isenção, é necessária uma nova lei. Não tem como fazer essa alteração por decreto; o município vai precisar de embasamento legal para isso. Eu cheguei a olhar o veto também agora, e tenho também alguns argumentos técnicos com relação à redação do dispositivo. Eu não consegui lê-lo integralmente enquanto fazíamos a audiência, mas também me comprometo a ver o que foi vetado, o Executivo. Se alguém quiser, posso falar depois sobre isso mais tarde. Mas, nesse momento, não tem como ser feita alteração em decreto, tem que ter uma nova lei para garantir de isenção e tudo o mais. E aí eu acho que tem buscar esse entendimento com o Executivo. A melhor forma é o diálogo para que haja esse entendimento. E é por isso que nós estamos aqui: para ouvi-los, para escutá-los, e também para pensarmos na melhor forma que possamos fazer algo convergente, com todo mundo, para que dê certo e para que as coisas aconteçam.

O Executivo está aberto ao diálogo com os ambulantes e a verificarem novas formas de incluí-los – inclusive, com cestas básicas e tudo o mais.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Tá certo.

A Tina está aqui. Depois eu não estou enxergando aqui no *chat* os nomes de outros do Executivo. Tem alguém mais para se despedir?

A SRA. MARIA ALBERTINA AFONSO HENKE – Bem, eu só queria desejar uma boa tarde a todos e dizer que nós estamos à disposição para ajudar em orientação, tirar dúvidas através do *e-mail* do Tô Legal.

O Zé Gomes tem falado comigo quase diariamente.

Então estamos à disposição para ajudar no que for possível.

Uma boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

A Dra. Juliana.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE – Oi, pessoal. Vocês estão me ouvindo?

Está tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE – Beleza.

Agradecer a todas e a todos.

Eu acho que alguns questionamentos que vereadores estão colocando, que vamos fazer esse diálogo depois, realmente vai ser superimportante, porque todos eles têm, por exemplo, participação social no programa Cidade Solidária. A gente tem um comitê só de sociedade civil acompanhando. Tem análise de georreferenciamento, vocês podem olhar no *site*, pessoal.

Gilvania, nem todo mundo tem internet – 30% da população, sem dúvida, no Brasil não tem acesso à internet. Mas você é uma reprodutora de informação, você tem essa sua internet, então você está aqui super empoderada. Então, assim, replique para as pessoas. Porque assim: nós estamos mostrando um canal, mas é para mostrar... que é isso, é replicar. Direito é isso. Vamos replicando. Nem todo mundo tem acesso porque, às vezes, a pessoa não tem nem a condição de ler. Então como que fazemos isso? Unindo-se, mobilizando-se, passando a informação. Então mostrar o conteúdo, sem dúvida nenhuma, não é para todo mundo, mas é para muita gente, que nem você. E aí você vai poder reproduzir. Eu peço isso para o pessoal, para todo mundo, para vocês conhecerem e para reproduzirem. Tá bom? Peço mesmo. Então é nesse sentido.

Eu acho que tem bastante coisa que vamos poder conversar. E muitas coisas que, quando vocês conhecerem do programa, vocês já vão falar: “Puxa, olha, eu não sabia que já estava assim”. Então vai ficar muito mais fácil, vai ser melhor, e aí as dúvidas ficam mais solucionadas.

Obrigada pelo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Maravilha. Obrigada.

O Vereador Fabio Riva como Líder do Governo? (Pausa)

Eu acho que ele precisou sair.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Juliana, desculpe. Um segundinho.

O Souza falou que nós esquecemos de incluir na agenda de debate, na lei de isenção, o PPI, que os ambulantes que estão com dívida vão precisar renegociar e não estão conseguindo pagar. Acho que ele falou com a Bruna, não é? Acho que podemos incluir esse tema. Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tá, tudo bem. Mas a gente já pode ir adiantando que vai vir o projeto do PPI aqui para a casa.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Já chegou, Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Luana, Becari, Suplicy, demais Vereadores que estão aqui.

Acho que podemos, depois, conversar sobre isso, para garantir, no PPI, essa relação.

Bruna quer falar mais alguma coisa?

Eu já estou no meu limite, gente.

A SRA. BRUNA BORGHETTI CAMARA FERREIRA ROSA – Não, só para avisar que o PPI já chegou na Casa e foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Exatamente.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Então, por favor, uma emenda para os advogados.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Exato.

Gente, eu vou ter que finalizar.

Vereador e Presidente Felipe Becari ficou conosco do começo até o final.

O senhor quer finalizar? (Pausa) Acho que deve estar tendo algum problema.

Assim, passo a palavra à Vereadora Luana, para que faça as suas considerações

finais, e aí encerremos.

A SRA. LUANA ALVES – Não, muito rapidinho.

Eu gostaria de agradecer a presença de todo mundo, a presença de todo mundo do Executivo – a Bruna, a Das Dores, o inspetor. Enfim, fico muito feliz.

Bruna, importante essa informação. Então vamos trabalhar juntos num novo projeto de lei. E que consigamos, de fato, ter uma linha única, para conseguirmos aprovar na Câmara, para ele ser executável, para conseguirmos de fato efetivá-lo.

Então queremos muito, temos muito interesse nisso. Vamos seguir esse diálogo, esse grupo de trabalho, que vai ser muito importante. E é importante que ele tenha a participação dos ambulantes, do Executivo, da gente, dos Vereadores, para conseguirmos mesmo uma mediação.

Nós sabemos que a situação é muito difícil. Mas o máximo que nós conseguimos nos acertar, nos articular, para achar ferramentas para facilitar a vida do ambulante, é o que nós queremos fazer. Tá bom?

Muito obrigada a todo mundo. Vamos seguir esse grupo.

Enfim, é isso: vamos ter esse grupo de trabalho para conseguir encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Beleza.

Vereador Eduardo Suplicy quer falar um tchau? (sem resposta)

Então tá bom, gente. MUITÍSSIMO obrigada. Uma boa tarde a todos, a todas e a todes, e vamos seguindo na luta dos ambulantes.

Estão encerrados os trabalhos.